



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Humanas  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Denise Gomes Marinho

**Marcha de Mulheres Negras, Rio de Janeiro:  
imagens, existência e luta na construção de novas visualidades e  
visibilidades**

Duque de Caxias  
2021

Denise Gomes Marinho

**Marcha de Mulheres Negras, Rio de Janeiro:  
imagens, existência e luta na construção de novas visualidades e visibilidades**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro

Duque de Caxias  
2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

M338 Marinho, Denise Gomes  
Tese Marcha de Mulheres Negras, Rio de Janeiro: imagens, existência e luta na construção de novas visualidades e visibilidades / Denise Gomes Marinho - 2021. 100f.

Orientadora: Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro  
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Movimentos sociais - Teses. 2. Negras - Teses. I. Ribeiro, Ana Paula Pereira da Gama Alves. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 301:396

Bibliotecária: Lucia Andrade CRB7 / 5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Denise Gomes Marinho

**Marcha de Mulheres Negras, Rio de Janeiro:  
imagens, existência e luta na construção de novas visualidades e visibilidades**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação.

Aprovada em 02 de dezembro de 2021

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro (Orientadora)  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Janaína Damaceno Gomes  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Giovana Xavier da Conceição Nascimento  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria de Fátima Lima Santos  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Duque de Caxias

2021

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha amada mãe Dalva Luiza Marinho (Ancestral), que me ensinou envergar e a não quebrar no vendaval, e às mulheres negras brasileiras.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço todas as mulheres negras que escreveram neste país uma história de luta e resistência para que eu estivesse aqui narrando uma parte dessa história ainda em curso.

Agradeço aos meus pais, Elísio Gomes Marinho (Ancestral) por me ensinar a ler o mundo e Dalva Luiza Marinho (Ancestral) por tudo que foi em minha vida. Aos meus filhos Pedro Lucas de Souza Silva e Patrick Victor de Souza Gomes Marinho pela paciência de não me ter em muitos momentos que estive estudando. À minha neta Helena Viana de Souza que me tirou da seriedade, me trouxe sua infância e me faz lembrar que a leveza e alegria fazem parte de nossa caminhada.

À minha mulher, Maria Aparecida de Souza Silva, por ter sido gigante em todos os atravessamentos da pesquisa que não foram poucos.

Às mulheres negras do Fórum Estadual de mulheres Negras do Rio de Janeiro, por me acolherem em todos os processos da pesquisa, muitas com familiares com Covid e em situações de saúde complicadas.

À minha orientadora queridíssima, Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro, que me ensinou que ensinar é relação de estudo e afetividade e isto é revolucionário na minha caminhada. Tenho uma admiração grandiosa por essa querida intelectual negra, ativista e professora!

Aos professores da Pós-Graduação UERJ/FEBF – em especial aos professores: Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro, Dr. Alexandre Ribeiro Neto, Dr.<sup>a</sup> Janaina Damaceno Gomes, Dr.<sup>a</sup> Sonia Beatriz dos Santos e Dr.<sup>a</sup> Maria Alice Rezende Gonçalves – Todos negros e isso foi imenso. Gratidão pelo acolhimento e reflexões.

À minha querida amiga e professora Dr.<sup>a</sup> Giovana Xavier, que trilhou um caminho intelectual que me inspirou e me fez acreditar na potência que é mulheres negras escrevendo sua própria história junto a de milhares de mulheres negras.

Às intelectuais negras: Azoilda Loretto da Trindade (ancestral), Marta Aparecida Muniz Bento, Celia Regina Cristo de Oliveira, Claudielle Pavão da Silva e Janete Santos Ribeiro pelas reflexões, trocas e afetos.

À querida orientadora e amiga Roberta Mathias, que sempre torceu pelo meu crescimento intelectual.

A professora Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Lima Santos pelo acolhimento e reflexões. À banca pela reflexões pertinentes e por possibilitar meu crescimento enquanto pesquisadora.

Aos professores e alunos que compuseram os Grupos de Trabalho (GTs) dos eventos que participei durante o período de mestrado.

Aos meus queridos da turma de 2019. Ao grupo de Orientação LEARC – Laboratório de Experimentações Artísticas e Reflexões Criativas sobre Cidades, Saúde e Educação. À Danielle Ribeiro de Moraes (Fiocruz) pelas trocas potentes.

Às pretas e pretos do mestrado que fizeram meu caminhar ter reverberado em direções mais seguras.

Aos amigos Fabio Café e Luciana Halliday pelas trocas, risos e amizade que levo pra vida.

À minha querida amiga Rhuanna Vieira da Silva pela amizade, trocas, reflexões, acolhimento, e por me segurar quando eu não conseguia mais andar.

À Jianne Coelho pelo acolhimento, paciência, correção e formatação.

Aos meus colegas de trabalho que seguraram minha composição louca de horário para que fosse possível realizar as disciplinas.

E a todos que de alguma forma atravessaram meu caminhar e de forma anônima, mas não menos importante, fizeram ser possível esse trabalho.

## EPÍGRAFE

“É preciso a imagem para se recuperar a identidade  
tem que tornar-se visível,  
porque o rosto  
de um é o reflexo do outro  
o corpo de um  
é o reflexo do outro e em cada um  
o reflexo de todos os corpos.  
A invisibilidade está na raiz da perda da identidade”

*Beatriz Nascimento 1989*



## RESUMO

MARINHO, D. G. **Marcha de Mulheres Negras, Rio de Janeiro**: imagens, existência e luta na construção de novas visualidades e visibilidades. 2021. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

A conjuntura do Brasil regida por um acirramento das relações sociais de produção provoca desigualdades construídas historicamente. A mulher negra na diáspora, no Brasil, vem resistindo a cada etapa desta construção: da senzala à Marcha Virtual. Viemos resistindo nos quilombos, nas rodas, nas rezas, nos tambores, no silêncio e no grito. Marchamos, parimos coragem e força para libertar nosso canto, exigimos nosso direito à existência. Nos tornamos mulher com as nossas ancestrais. A história vem nos apontando que a mulher negra traz dentro de si mesma a revolução, pois nela é depositado a virada do jogo da submissão, do apagamento e da invisibilidade. Esta dissertação, de mestrado, tem por finalidade refletir sobre a construção do acervo de memórias de imagens das mulheres negras, tendo como objeto de pesquisa as marchas de mulheres negras no Rio de Janeiro. Como esse movimento contribui para a educação visual e para a reconstrução de novas visualidades na ressignificação do território? A mulher negra, em marcha neste território, visibiliza a mulher negra como sujeito social e político? O que essa visualidade deixa, enquanto ocupação deste território, na memória coletiva de mulheres negras em marcha? A fotoetnografia é utilizada como metodologia para contar visualmente essa narrativa.

Palavras-chaves: Mulher Negra, Território, Fotografia, Marcha.

## ABSTRACT

MARINHO, D. G. **March of Black Women, Rio de Janeiro**: images, existence and struggle in the construction of new visualities and visibilities. 2020. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

The conjuncture of Brazil governed by an intensification of the social relations of production causes inequalities constructed historically. The black woman in the diaspora, historically in Brazil, has resisted every step of this construction: from the slave quarters to the Virtual March. We have been resisting in the quilombos, in the wheels, in the prayers, in the drums, in the silence and the cry. We march, we give courage and strength to free our song, we demand our right to exist. We became a woman with our ancestors. History has pointed out to us that the black woman brings the revolution within herself, because the turn of the game of submission, erasure and invisibility is deposited in her. This master dissertation aims to reflect on the construction of the collection of memories of images of black women, having as research object the marches of black women in Rio de Janeiro. How does this movement contribute to visual education and the reconstruction of new visualities in the redefinition of the territory? Do black women, on the move in this territory, make black women visible as a social and political subject? What does this visibility leave, as an occupation of this territory, in the collective memory of black women? Photoethnography is used as a methodology to visually tell this narrative.

Keywords: Black Woman, Territory, Photography, March.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto do Grupo Intelectuais Negras em 2014, em uma das reuniões do grupo IPUB..	16
Figura 2 – Foto do Grupo Intelectuais Negras – 2014, IPUB .....	16
Figura 3 – Mulheres Negras em Marcha de Mulheres Negras pelo Bem Viver, Brasília, 2015 .....	17
Figura 4 – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019 .....	19
Figura 5 – Foto do Grupo de Intelectuais Negras em 2014 em uma das reuniões do grupo IPUB .....	40
Figura 6 – Foto da organização em São Gonçalo, 2015, da Primeira Marcha Nacional de Mulheres Negras pelo Bem Viver Brasília.....	43
Figura 7 – Foto da organização no Centro do Rio de Janeiro, 2015, da Primeira Marcha Nacional de Mulheres Negras Pelo Bem Viver Brasília .....	44
Figura 8 – Na zona sul, bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa, brancos são 83% da população; pardos, 13% e pretos, 4%.....	48
Figura 9 – Mapa racial de pontos: Zona sul do Rio de Janeiro – A estreita relação entre raça, renda e local de moradia.....	49
Figura 10 – Neusa Maria, ativista em Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019.....	52
Figura 11 – Cartaz da VII Marcha das Mulheres Negras do RJ.....	55
Figura 12 (a, b, c, d) – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019 .....	67
Figura 13 (a, b, c, d) – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2016 e 2018 .....	69
Figura 14 (a, b) – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019 .....	71
Figura 15 – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019 .....	73
Figura 16 – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019 .....	73
Figura 17 (a, b) – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019 .....	74
Figura 18 – Lélia Gonzales, Benedita da Silva e Abdias Nascimento na marcha “Zumbi está vivo”, realizada no Rio de Janeiro em 1983. A Foto faz parte do acervo de Januário Garcia, que está sendo preservado. JANUÁRIO GARCIA.....	77
Figura 19 (a, b, c) – Marcha no Centro do Rio de Janeiro, em 1988, contra a farsa da abolição .	78
Figura 20 – Campanha <i>Black Lives Matter</i> (Vidas Pretas Importam).....	80
Figura 21 (a, b, c, d, e, f, g) – Casa das Pretas – um espaço de encontros, acolhimento, de produção e prática de saberes específicos da vivência das Mulheres Negras .....	81

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
AMNB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
COE	Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEGENERA	Núcleo de Pesquisas em Desconstrução de Gêneros
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
GIN	Grupo de Pesquisas Intelectuais Negras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa
IPCN	Instituto de Pesquisa da Cultura Negra
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEARC	Laboratório de Experimentações Artísticas e Reflexões Criativas
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais
MEC	Ministério da Educação
MMN	Movimento das Mulheres Negras
MNU	Movimento Negro Unificado
MST	Movimento Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PPA	Plano Plurianual
RJ	Rio de Janeiro
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SRAG	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SUS	Sistema Único de Saúde
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 NARRATIVAS DAS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL</b> .....	25
1.1 <b>Contando em breves narrativas nossa história de resistência</b> .....	25
1.2 <b>Novos sujeito entram em cena no cenário Brasileiro: Mulheres negras em cena</b> .....	27
1.3 <b>Mulheres Negras e suas Transformações na esfera Pública</b> .....	34
<b>2 MARCHA DE MULHERES NEGRAS NA RUA</b> .....	38
2.1 <b>Os desafios históricos: Mulheres negras em Marcha</b> .....	40
2.2 <b>Mulheres negras não são iguais</b> .....	45
2.3 <b>Corpos Negros em Marcha em Copacabana</b> .....	47
2.4 <b>A Marcha Ressignifica o Acervo Visual Coletivo</b> .....	53
<b>3 MARCHA DE MULHERES NEGRAS NAS REDES SOCIAIS</b> .....	55
3.1 <b>A Pandemia de Covid -19 no Brasil</b> .....	56
3.2 <b>Mulheres negras, as mais afetadas na Pandemia</b> .....	59
3.3 <b>Das Ruas para as Redes</b> .....	61
<b>4 RECONTANDO A HISTÓRIA VISUAL DE MULHERES NEGRAS</b> .....	64
4.1 <b>As imagens da Marcha no espaço público</b> .....	65
4.2 <b>Imagens de Resistência</b> .....	66
4.3 <b>Imagens Reconfiguram o Acervo Visual Coletivo</b> .....	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	96
<b>APÊNDICE - Outras fontes consultadas</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

Todo ponto de chegada nada mais é que vários caminhos percorridos e comigo não foi diferente. Muitas foram as interseções que me trouxeram até aqui. Posso destacar os trabalhos da Dr.<sup>a</sup> Angela Figueiredo e a Dr.<sup>a</sup> Rosalia Lemos, que contribuíram com reflexões sobre o feminismo negro e a Marcha de Mulheres Negras, com especificidade das pesquisas e artigos sobre as Marchas de Mulheres Negras. Assim, este trabalho está em construção e veio em construção.

Sou a primeira mulher negra a ingressar na universidade em minha família, meus pais estudaram até o ensino fundamental. Meus avós paternos, Quirino Gomes Marinho (ancestral) e Maria Marieta Gomes Marinho (ancestral), negros, pouco estudaram. Eram trabalhadores rurais, tiveram 10 filhos, trabalharam em terras arrendadas de fazendeiros brancos até 1960, quando saíram do interior de Araruama/RJ e vieram residir no Pavão/Pavãozinho – comunidade em Copacabana – com meu pai, Elísio Gomes Marinho (ancestral), caçula dos 10 filhos, que chegou na Cidade Rio aos 18 anos. Meus avós maternos eu não conheci, minha avó Maria Odete Medeiros (ancestral), negra, foi mãe solteira. Quando faleceu minha mãe tinha dois anos, minha mãe foi criada pela tia avó, Alaíde Franco de Medeiros (ancestral). Minha mãe, Dalva Luiza Marinho tornou-se ancestral em 15 de setembro de 2021, na reta final da escrita deste trabalho. Ela nasceu em Vila Isabel, morou em Oswaldo Cruz, Costa Barros e Madureira, começou a trabalhar como babá aos 14 anos e aos 18 anos entrou para o convento Santo Antônio – Largo da Carioca/RJ, aos 20 anos se desligou por não concordar com orientações discriminatórias que presenciou no convento. Moravam, minha mãe e minha tia avó, na Avenida Barata Ribeiro, em Copacabana, onde alugavam vagas para mulheres, o que garantia uma renda que se somava à de costureira, que minha mãe e minha tia avó exerciam naquele momento. Em 1962 meus pais se conheceram no baile da primavera no Canecão – único baile que minha mãe foi em sua juventude. Em 1964 se casaram e foram residir em São Gonçalo/RJ, município da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro. Nasci em plena ditadura militar, em 1966. Fui criada no meio de muitos tios, tias e primos, todos negros retintos, mas nunca falávamos de racismo, como se nossos encontros de família nos blindassem e nos dessem força para prosseguir.

A menina que começou a fotografar olhando imagens de revistas de geografia e sonhando com um mundo que se misturava com fantasia, começou a ganhar contornos quando ganhou a primeira máquina fotográfica em um sorteio de picolé. Desse encontro, a

magia de registrar o mundo da maneira que eu via me encantou de uma maneira avassaladora. Todo trocado virava filme de “asa 100” – eram muitos rolos de filmes para serem revelados, muitos nem foram, não havia recursos para tanto. A menina cresceu e os registros foram mudando com ela até que veio a necessidade de se garantir o sustento, aliado com a necessidade de adquirir uma câmera mais potente.

Cresci me fortalecendo, entrei na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre as imagens geradas por mim, estive em lugares que potencializaram minhas imagens: assentamentos do Movimento Sem Terra (MST), Quilombos, e lugares que me inspiraram a deixar algo no mundo. Na contra direção heteronormativa, construí um patrimônio, passei em concurso público e construí minha família.

Em 2014, entrei no Grupo Intelectuais Negras. Movida pela curiosidade e pela atração intelectual. No primeiro encontro no Instituto de Educação do Rio de Janeiro – Maracanã/Rio de Janeiro, cheguei cedo, fiquei um tempo imaginando que trocas possíveis eu poderia fazer. Não me via como intelectual, era uma imensidão, achava estranho, me trazia um desconforto como se reivindicar este lugar não fosse pra mim: imagina se eu, mulher negra, moradora de periferia, homossexual, com uma graduação concluída e com uma outra graduação não terminada seria intelectual. Mas a quando as mulheres foram chegando, me abraçando, me acolhendo e se apresentando me senti parte. Como disse Azoilda Loretto Trindade “intelectual negra? Por que não?”. Assim, acendeu em mim uma valorização, um ser político capaz de virar a própria história e narrar em primeira pessoa meus passos acadêmicos. As reverberações contidas em estar com muitas mulheres negras potentes escrevendo sua história e juntas, nos tonando visíveis, são de uma potência inimaginável. Em 2017, o grupo de pesquisa *Intelectuais Negras da UFRJ* lança durante a festa literária de Paraty, a publicação *“Intelectuais Negras Visíveis – Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo de mulheres negras contando a sua própria história”*, que apresenta uma lista de 120 profissionais, entre elas pesquisadoras, escritoras e especialistas em diversos temas e áreas de atuação. Ao me ver no catálogo como uma das mulheres visíveis, foi um *start* de me olhar como mulher negra escrevendo minha história e podendo contá-la e que faria todo sentido. Através de escritas de outras mulheres negras, poder ver a possibilidade real de cura.



Figura 1 – Foto do Grupo Intelectuais Negras em 2014, em uma das reuniões do grupo IPUB



Legenda – Na foto de blusa branca Azoilda, no meio Janete e após Giovana.  
Fonte: A autora, 2021.

Figura 2 – Foto do Grupo Intelectuais Negras – 2014, IPUB



Legenda – Na foto, Janafina Damaceno, Fernanda Felisberto e Fabiana Lima.  
Fonte: A autora, 2021.

Iniciei, após este período, meus estudos com foco em relações raciais utilizando a fotografia como metodologia. Particpei de alguns cursos e, em 2017, ingressei na pós-graduação *Lato Sensu* em Candido Mendes/IUPERJ a qual não terminei por motivos de saúde. Porém, completei todas as disciplinas e realizei meu projeto de final de curso, o que resultou no ingresso em 2019 no mestrado.

Ao marchar e fotografar a Marcha de Mulheres Negras em Brasília – 2015, encontrei o elo entre minhas memórias fotográficas e as memórias coletivas de outras mulheres negras. Em todos os lugares que olhava eu via mulheres negras e as pluralidades que nos traduz. Fui tomada por aquela amplitude de reivindicação, de protesto e de acolhimento. As cores, os cheiros, os sons, a troca que começou no ônibus rumo à Brasília, fizeram tudo se tornar imenso. Tive a grande dimensão da fala de Angela Davis. “É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe”. Ali, éramos milhares de mulheres negras. Ao marchar, tive a certeza de que o trabalho fotográfico seria ampliado. No ano seguinte, em 2016, aconteceu a Primeira Marcha de Mulheres Negras em Copacabana e esta pesquisa etnofotográfica – pesquisa em que o pesquisador estuda determinado grupo e seu comportamento social, por meio da observação participante – começa a ser desenhada.

Figura 3 – Mulheres Negras em Marcha de Mulheres Negras pelo Bem Viver, Brasília, 2015



Fonte: A autora, 2021.

A importância das imagens no meu trabalho se dá por ser uma metodologia de pesquisa etnográfica, além de compor um acervo de documentação histórico dos movimentos sociais da luta das mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro, desde 2016. A pesquisa se dá a partir da metodologia visual e qualitativa. As minhas perguntas, desde que comecei a pesquisa, se iniciam com a imagem. Qual o impacto visual das imagens da Marcha de Mulheres Negras neste território? De que forma marchar impacta a vida das mulheres? Por que o movimento de mulheres em marcha em Copacabana é um movimento educador? Quais memórias são ressignificadas em marcha? Por que marchar em Copacabana? A conjuntura mundial e brasileira revela que a luta contra o racismo, o sexismo, a homofobia, o neoliberalismo e a exclusão social não podem acontecer de forma isolada. Se antes a situação mundial de exclusão e desigualdade já apontava para a necessidade de uma articulação e parceria entre a sociedade civil, universidade, movimento sociais, organizações não-governamentais, coletivos e grupos culturais imbuídos do ideal de construção de uma articulação político-solidária, hoje, com o avanço da globalização capitalista, essa realidade revela que as lutas devem ser articuladas.

Essas lutas, muitas vezes, ocorrem nos espaços públicos da cidade. É a regulamentação estatal que torna público os espaços urbanos. As histórias das cidades são reflexos da efetivação da ordem pública construída de forma vertical, sem a construção de um projeto que seja balizado pelos diferentes sujeitos sociais que compõem a cidade. Ao marchar, mulheres negras inserem uma nova ordem, pois este sujeito produz história e cultura; e essa tensão gera outros parâmetros públicos que ampliam e sustentam a vida social.

Figura 4 – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019



Fonte: A autora, 2021.

Parto de Copacabana, uma referência como território que está inscrito em minha memória, pois foi o lugar em que minha mãe – Dalva Luiz Marinho, começou sua vida adulta, como costureira e onde minha tia-avó morreu em casa. Parto de Copacabana, pois foi para lá que retornei inúmeras vezes com minha mãe, para trabalhar com ela, em vários edifícios naquele bairro. Parto de Copacabana pois, a primeira vez que vi a Marcha, e vi todas nós juntas na praia, ressignifiquei também a minha existência, a da minha mãe, a da minha tia-avó, e de tantas outras mulheres que, ao longo do Século XX, convergiram para Copacabana para trabalhar “em casas de famílias” que não eram de suas famílias.

A Marcha oferece ferramentas teóricas e práticas para reescrever a história de mulheres e homens negros. Reorganiza o olhar e reescreve as memórias e símbolos da negritude. Assim, a pesquisa conduz a uma reorganização teórica que une educação, em seu sentido mais amplo, para além dos espaços formais escolares, aos movimentos sociais. Entendemos que a Marcha é um movimento educador, como aponta Nilma Lino Gomes (2018), pois desalinha as relações visuais de poder e apresenta outra primazia nas relações de poder instauradas. Mulheres negras ao marcharem, o fazem trazendo uma contra hegemonia que educa as relações políticas e sociais.

A Marcha de Mulheres Negras, realizada em Copacabana, no Rio de Janeiro, se inicia em 2015 e seu percurso segue do posto 6 ao Leme. A metodologia que utilizei inicialmente foi a fotoetnografia, que consiste em fazer uma narrativa visual descritiva do campo:

[...] não apenas uma transcrição visual dos dados de campo, mas também elabora a construção de uma narração visual eficaz e que contém informações interpretativas de uma determinada realidade. Assim, é ao longo dos trabalhos em campo que os enquadramentos são claramente decididos e realizados (ACHUTTI, 2004, p. 113).

Desde os primeiros contatos, ficou estabelecido que minha posição era de pesquisadora do campo e o tipo de trabalho que iria fazer. Pesquiso e fotografo sozinha, sempre estabelecendo diálogos – via fotografia e conversas – com as mulheres em marcha. Também sinto uma preocupação em fazer bem as narrativas visuais, pois o campo se manifesta enquanto um evento apenas uma vez ao ano e por algumas horas. As articulações, interlocuções, diálogos e as mulheres em movimento, sim, estão comigo o ano inteiro, mas a Marcha não. Assim, não terei como retornar ao campo repetidas vezes para realizar a pesquisa da Marcha enquanto evento. Neste processo, tenho que pensar nas narrativas, estabelecer contatos e guardar em minhas memórias e imagens as anotações.

Para refletir sobre as imagens da Marcha, parto dos estudos de Patrícia Hill Collins (2019), sobre as imagens de controle e suas relações. Ela trata sobre como são produzidas as imagens em uma relação de poder: o machismo, a sexualização e heterossexismo capitalista; a formas como afetam e como as pessoas tratam a mulher negra, assim também a maneira com que as mulheres negras reagem a elas como lugar de resistência. As imagens, em particular da mulher negra, são imagens de controle negativas. As imagens de mulheres negras na vida social são imagens que criminalizam, julgam, sentenciam e condenam.

A Marcha pode ser uma manifestação positiva de resistência à imagem de controle? Porque marchar neste território, que possui uma construção histórica de ocupação da sua orla pela camada mais rica da população, é importante para o controle da imagem e para ressignificação do território?

Sobre Copacabana e as praias do Rio de Janeiro, sabemos que “até o fim da República Velha, a nova zona sul carioca (Orla Oceânica) havia se mantido como área predominantemente residencial, ocupada principalmente pelas camadas mais ricas da sociedade” (ABREU, 2013). Opto aqui por apresentar Copacabana como (espaço) ou território e entender como debates na antropologia urbana tem se transformado, trazendo interlocuções substantivas a partir da Interseccionalidade – principalmente pensando por meio da articulação raça, gênero e classe e como se distancia de visões consolidadas sobre aquele

espaço. A princípio, apresento algumas reflexões a partir das proposições de Velho (1989), que traz um olhar sobre Copacabana como território desde seus aspectos históricos de formação urbanística, passando por estatísticas demográficas, até o ritmo de ocupação do bairro. “De bairro pacato à beira do mar” – a “floresta de cimento armado” – de lugar relativamente isolado a uma “espécie de outro centro da cidade” (VELHO, 1989). Escolho este autor, pois, de certa forma, foram as suas imagens trazidas por sua pesquisa que se consolidaram no imaginário sobre o bairro, além das próprias imagens popularizadas por meio de novelas, romances e músicas.

A pesquisa de Velho, datada dos anos 1970, apresentava uma análise qualitativa e quantitativa que analisava e definia o perfil dos moradores de Copacabana, chegando à conclusão de que esses moradores, denominados os “outros moradores do bairro”, encontram-se em estratos médios da sociedade, sendo predominantemente indivíduos brancos. O mapa social se reifica para o autor no espaço físico: “o mapa da cidade passa a ser social onde as pessoas se definem pelo lugar em que moram” (VELHO, 1989, p. 80). Assim, há fronteiras simbólicas que acompanham esse processo de hierarquização dos espaços urbanos, que apresentam possibilidades para outras reflexões sobre Copacabana.

No primeiro capítulo, procurarei traçar um caminho histórico dos movimentos de mulheres negras no Brasil. A luta das mulheres negras contra as manifestações de preconceito e de gênero, historicamente, tem avançado visando a garantia dos direitos em relação tanto ao povo negro, quanto especificamente à mulher negra. Em relação ao que se refere à luta pela vida, há que se compreender tal processo como resistência. Por que o movimento de mulheres negras na praia de Copacabana educa a cidade? Qual a relação histórica deste movimento negro e sua contextualização histórica?

A mulher negra dentro do contexto familiar é a base econômica, afetiva e moral de sua família. Com sua força, coragem e capacidade de luta pela sobrevivência, transmite às suas irmãs mais afortunadas o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo (GONZALEZ, 1983).

Ser negra, mulher e pobre, construiu na mulher negra a necessidade de lutar, de resistir. Como forma de resistência, coube à mulher negra estar inserida na luta em busca de melhores condições, visibilidade e respeito em momentos históricos diferentes e distintos. Segundo Carneiro (2001), é em meio a esta dinâmica que o processo de emancipação, de busca de igualdade de direitos das mulheres negras ganha força, estabelecendo novos desafios.

As noções de raça e gênero, de espaço – visto como a dimensão espacial das relações

sociais – não somente como suporte, espaço físico, e, sim, como construção social (SANTOS, 1997), apresenta elementos simbólicos e que podem ser derivados de outras noções, a exemplo de paisagem, região ou território. Na sociedade brasileira, de passado escravista, a correlação entre gênero e raça provocou o que Sueli Carneiro (2003) denomina de subalternização do gênero segundo a raça. As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho duro, da degradação da sexualidade e da marginalização, produzem a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras; a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas; bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros como gêneros subalternizados, a marca biológica feminina não é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (CARNEIRO, 2003).

No segundo capítulo, procurarei pontuar como as mulheres negras se movimentam em diversos movimentos na cidade: caminhada contra a intolerância religiosa; e Fóruns de Mulheres Negras na ALERJ. E, também, como esses campos de luta fortalecem a Marcha em Copacabana. Como esses corpos vão se movendo em diversos territórios pela cidade? As reflexões de como marchar rompe com padrões hegemônicos visuais. Por que marchar na orla de Copacabana é importante para o movimento de mulheres negras? Há transformação do território com a marcha de mulheres negras? A violência na cidade do Rio é um dos pontos de pauta do manifesto lido anualmente na Marcha? Como a manifestação rompe ou não, simbolicamente, com as pautas do poder público? As condições das mulheres negras na cidade do Rio têm tido avanços com esse mover das mulheres negras em Marcha? Ao marchar, que memórias coletivas e individuais são acionadas para potencializar essas vozes?

O terceiro capítulo foi atravessado pela conjuntura de saúde pública da pandemia (Covid-19) no Brasil e no mundo. O campo de pesquisa se transformou diante desse quadro de saúde mundial. Passei a acompanhar a VI Marcha de Mulheres Negras no Rio de Janeiro – Pela Saúde e Pela Vida, virtualmente. No Brasil, a pandemia levou organizações e coletivos liderados por mulheres negras a estabelecerem estratégias e políticas de enfrentamento ao racismo, bem como de apoio comunitário à população negra, situação já apontada pela Marcha Contra o Racismo pelo Bem Viver de 2015, que reuniu 50 mil afro-brasileiras. Após 2015, o que vemos em nossa conjuntura é a desconstrução de políticas e a precarização mais acentuada.

A pandemia mostrou que existem mais de 20 milhões de pessoas no Brasil sem

registro civil, sem, portanto, poder acessar o plano emergencial. A pandemia acirrou as desigualdades já colocadas historicamente para a população negra. Exigiu-se, assim, que a participação das mulheres negras fosse potencializada para outros ambientes: a Marcha Virtual de Mulheres Negras. Por isso, tratarei de como as mulheres ressignificam o território e colocam a voz como extensão deste corpo em reivindicação, e sua imagem passa a figurar nas redes sociais. Diante do exposto, as mulheres negras em marcha, com seus corpos, sua cultura, sua estética e sua afetividade, trazem um novo significado para a praia da zona sul da cidade do Rio de Janeiro no combate ao racismo, sexismo e pautando o acesso às políticas públicas.

No quarto capítulo, procurarei refletir sobre as imagens das mulheres em marcha. Tendo em vista a dimensão ideológica das imagens, para estas reflexões busco me referenciar em pesquisadores que apresentam uma proposta metodológica e epistemológica para se pensar imagens. Na tentativa de entender melhor as histórias e as possíveis narrativas com as quais estou lidando, apresento algumas categorias de autoras e perguntas que têm balizado e orientado minha pesquisa, em especial, a dominação e supremacia branca. São motivadoras deste trabalho a leitura e reflexão de autoras como Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Núbia Regina Moreira, Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Patrícia Hill Collins, Paul Gilroy, entre outros, para pensar a metodologia das imagens entre tantas outras que têm sido fundamentais a este movimento. Tenho me perguntado em que medida raça/cor, gênero e moradia são categorias fundantes e como as opressões de raça atingem a base da pirâmide. Como essas categorias imperam em determinados contextos? Como tais categorias são mobilizadas em contextos específicos de produção de diferenças? E como o pensamento feminista negro soube confrontar e propor novos saberes diante das formas de opressão? Tais aportes teóricos são importantes para se entender as reflexões aqui provocadas.

Os estudos feministas e seus movimentos constituem um importante marco nas produções acadêmicas e políticas da contemporaneidade. Os estudos acerca das relações raciais também emergiram nesse contexto. Essas movimentações motivaram direcionamentos que influenciaram teorias e ações políticas no mundo Ocidental. Amparada nessas reflexões, o trabalho tem por objetivo discutir alguns direcionamentos teóricos em torno dos conceitos de gênero, raça, território e “controle da imagem” (COLLLINS, 2019), bem como elementos de marcação/intersecção das identidades na contemporaneidade. Procurarei traçar reflexões sobre como o movimento social de mulheres negras e suas representações imagéticas, ao marchar, contribuem para a construção e ressignificação do espaço urbano da praia de Copacabana.

Como metodologia de pesquisa para entender os processos de dominação e opressão,



trago o conceito de “interseccionalidade”, que demarca um paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, como método de compreensão do movimento de mulheres negras em marcha – a interseccionalidade impede o reducionismo da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam vulneráveis as identidades (AKCOTIRENE, 2019). A reflexão é em que medida raça, gênero e classe interagem na realidade socio material na Marcha e na vida das mulheres em marcha. Quais marcadores podemos identificar nas mulheres negras em marcha? Por que mulheres negras em marcha rompem com a construção historicamente construída sobre mulheres negras especificamente naquele território ou em outros de prestígio e poder?

Esta investigação propõe uma reflexão sobre os múltiplos impactos da marcha de mulheres negras no espaço urbano da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, e sobre a construção de novos paradigmas sociais partindo da referência do espaço público como um espaço de educação, de troca, de aprendizagem, de reivindicação e de luta. Assim, mulheres negras em marcha se relacionam naquele espaço e constroem narrativas visuais – e novas significações e imaginações por meio de sua existência – assim como imagens estéticas, poéticas de seus corpos políticos que reivindicam direitos sociais pautando, sobretudo, um bem viver para a população negra.

A demarcação do lugar ocupado pelo povo negro, já demonstra também a demarcação ocupada pelo corpo como forma de rechaçamento social, exclusão e exploração desse corpo. Sueli Carneiro (2003) aponta o papel da mulher negra em sociedade e apresenta as particularidades que as envolve: não é possível dissociar a condição colocada pelo racismo e a discriminação do papel histórico desempenhado pelas mulheres negras.

O protagonismo histórico de mulheres negras no Brasil vem de longe. Desde a chegada forçada no Brasil, pela escravização à sobrevivência. Pautar as necessidades de mulheres negras é uma construção que traz mulheres que não podem se tornar esquecidas: Luiza Mahin, Zeferina, Maria Felipa Dandara, Mãe Menininha do Gantois entre outras mulheres que resistiram na luta diária.

## **1 NARRATIVAS DAS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL**

No primeiro capítulo, procurarei traçar um caminho histórico dos movimentos de mulheres negras no Brasil. A luta das mulheres negras contra as manifestações de preconceito e de gênero, historicamente, tem avançado visando a garantia dos direitos em relação tanto ao povo negro, quanto especificamente à mulher negra. Em relação ao que se refere à luta pela vida, há que se compreender tal processo como resistência

### **1.1 Contando em breves narrativas nossa história de resistência**

O movimento negro contemporâneo brasileiro surgiu na década de 1970, em um período que a ditadura marcava a vida social no Brasil. Na história política do país entre 1978 e 1985, (entre as greves do ABC Paulista e a vitória de Tancredo Neves) há um novo marco de transição para um novo sistema político (SADER, 1988). Surgem novas imagens, narrativas de grupos populares diversos que reivindicam seus direitos. Direitos suprimidos pelo poder dominante. Esse levante trouxe um impacto social e surgem novos sujeitos no cenário nacional: os grupos populares. Esses grupos representados por diversas frentes de representatividade de coletivos: sindicatos, artistas, estudantes, jornalistas professores, pastorais, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros grupos, assumiram a expressão de luta democrática. A dimensão das manifestações sociais trouxe uma nova narrativa visual para o cenário de cotidiano no Brasil. A luta social, conforme pontua Sader (1988, p. 29), “aparece sob a forma de pequenos movimentos que, em um dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública”. Várias manifestações se avolumam no cenário nacional e começam a ser valorizadas como resistência. Configurando uma crise de representação social sobre o Estado e a vida social brasileira, a roda gira e o Estado passa a não ser mais o instrumento privilegiado e exclusivo de mudanças sociais.

Neste cenário nacional se destaca a especificidade da luta política contra o racismo, buscando na história a chave para compreender a realidade do povo negro brasileiro. Assim, a necessidade de negar a história oficial e contribuir para a construção de uma nova trajetória histórica dos negros no Brasil se torna aspecto que distingue o movimento negro dos demais movimentos sociais e populares da década de 1970. Ao final da década, com as pressões pelo término da ditadura militar e uma reorganização dos movimentos sociais, o movimento negro se reorganiza. “O Movimento de Mulheres Negras surge com a proposta de reconhecimento

das opressões de gênero, intragênero e racial, vividas pela mulher negra, a diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

O movimento negro articulou a construção crítica das teorias sobre a temática racial no campo acadêmico para a população negra e pobre fora das universidades, articulou através de vários meios a superação do racismo. Tornou-se o principal protagonista para que as ações afirmativas se consolidassem como questão social, política, acadêmica e jurídica em nossa sociedade, tensionando e trazendo a discussão do papel do Estado nesta construção de desigualdade racial. Foi o responsável por trazer a arte, a corporeidade, o cabelo crespo, as cores da África para o campo da estética, da beleza, do reconhecimento e da representatividade (GOMES, 2018). O movimento negro no Brasil apresenta politicamente uma ressignificação para a ideia de raça, tensionando a regulação conservadora que opera na construção das identidades étnico-raciais. Assim, ao ressignificar a raça, remonta a construção histórica da população negra brasileira, contribuindo com instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo se apresenta na estrutura do Estado e na reprodução das relações sociais.

Ao politizar a raça, o movimento negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (GOMES, 2018, p. 22).

O movimento de mulheres negras introduz novos elementos no teor do movimento negro e enegrece as bandeiras de luta do movimento feminista. A entrada de negros na universidade resgata o negro enquanto sujeito de conhecimento de sua história, passando de objeto de estudo para sujeito de conhecimento.

Essa luta se intensifica a partir do início do Século XXI, quando este movimento social se organiza em torno das políticas de ações afirmativas. Não só como movimento de luta política pela correção das desigualdades raciais, mas também apresentando outro modelo de racionalidade e saberes emancipatórios, produzidos pelo Movimento Negro ao longo dos tempos. As ações afirmativas alteram a cultura política e as relações de poder estabelecidas. As universidades públicas brasileiras que já implementaram ações afirmativas no ensino superior, mediante políticas de acesso e permanência, têm que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário idealizado em nosso país.

Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas sempre com grande dificuldade de ser considerados “legítimos”. Cada vez mais o movimento negro vem refletindo sobre a sua atuação como protagonista desse processo e compreendendo como a sua luta política está contribuindo para uma mudança epistemológica na Universidade e nos rumos do conhecimento científico (GOMES, 2018, p. 138).

A identidade negra é um processo construído historicamente em uma sociedade que é mergulhada em um racismo ambíguo e no mito da democracia racial. Nascer negro no Brasil é viver dentro desta luta histórica: no conflito, na negociação em um clima de permanente discriminação aos ritos, aos mitos, às linguagens pelos nossos antepassados construídos e a nós repassados, e ter nosso corpo invadido e violado pelo olhar violento do outro. No plano simbólico, nossa identidade coletiva como negros e negras no Brasil é viver na linha de fronteira do não pertencimento – é viver na construção de costurar nossa identidade – tornando-a visível, rompendo barreiras construídas desde nossa vivência diaspórica.

## 1.2 Novos sujeitos entram em cena no cenário Brasileiro: Mulheres negras em cena

Os processos sociais fizeram emergir uma pluralidade de sujeitos e cenários que consolidam o movimento negro no Brasil do século XX. Foram criadas inúmeras organizações negras nas diferentes regiões do país. Os candomblés, os quilombos, as irmandades e as diferentes expressões culturais foram importantes núcleos de mobilização sociopolítica no decorrer da história. Instituições e entidades que representaram um porto seguro para a valorização e afirmação das identidades afro-brasileiras, assim como militâncias e grupos de homens e mulheres, há gerações vêm fortalecendo a população negra em suas múltiplas e legítimas reivindicações e posicionamentos.

O fim de 1970 e início dos anos 1980 foi um momento decisivo para o ressurgimento de vários movimentos sociais, e dentre eles o movimento negro. Embora tenha absorvido a experiência de reordenação social do país no período de redemocratização, assim como herdado as aspirações de superação de episódios históricos e de conscientização étnica, o movimento de mulheres negras já vinha se destacando. A reflexão focada conjuntamente sobre as questões relacionadas a gênero e raça, representou um dos alicerces sobre os quais organizações se estruturaram. Por meio desse tensionamento, desenvolveu-se uma estratégia própria de intervenção que estava enraizada: uma ideia de gênero universal.

Neste cenário, surge Lélia Gonzalez, cofundadora do MNU (Movimento Negro Unificado) e uma das responsáveis pela formação do movimento de mulheres negras no Brasil. Outra grande protagonista foi Maria Beatriz Nascimento, uma das fundadoras do IPCN

(Instituto de Pesquisa da Cultura Negra), no Rio de Janeiro. Ambas indicaram a necessidade de reafirmar as ações de “feminização” das questões raciais e a “racialização” do ideário feminista.

Os movimentos negros e feministas enfatizavam a ideia de “diferentes, mas não desiguais” e lutavam por liberdade e igualdade para alcançar a tão almejada cidadania. Porém, não conseguiam lidar com a diversidade em seu interior. Assim, tanto o desafio de inserir a ótica feminista nas discussões do movimento negro, quanto a luta pela afirmação das questões raciais no âmbito do feminismo, apontavam para a necessidade do reconhecimento das nuances que constituem a diversidade das mulheres negras: tons de pele, sexualidade, pertencimento geográfico, práticas culturais etc. Nesta busca de legitimação de suas particularidades, as múltiplas vivências das mulheres negras revelam a complexidade que as constitui, transformando a diferença em uma plataforma de ação e lutas conjuntas (GONZALES, 1984).

As manifestações das ativistas negras nos espaços feministas se intensificam, sobretudo, na busca da incorporação do racismo como variável das desigualdades, inclusive entre mulheres. O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. Nos encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, mudou radicalmente o *status* jurídico das mulheres no Brasil. Contribuiu no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas.

Podemos admitir que as décadas de 1970 e 1980 foram politicamente o momento importante para a organização dessas mulheres enquanto movimento, bem como para os demais movimentos sociais. A busca por assegurar e democratização do país tornou o terreno fértil e possível à discussão das questões das mulheres e dos negros de forma geral nas plataformas políticas. Olhando para a década de 1980, percebemos o surgimento, de forma significativa, de organizações de mulheres negras como “novo sujeito social e histórico” que, embora coletivo, não se apresenta como portador de universalidades. Passou-se a valorizar a autonomia organizativa e do cotidiano como espaço de valorização a partir da base. Foram muito importantes esses pontos para construção dos primeiros espaços de mulheres negras. Nesse contexto, surge o *Aqualtune*, em 1978, no Rio de Janeiro, que teve entre suas participantes Azoilda Trindade, Jurema Gomes Garcia, Léa Garcia entre outras (SHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2007). A partir do *Aqualtune* vem surgir outras mulheres negras por todo país. Algumas organizações de destaque no cenário nacional, entre elas N’Zinga – Coletivo de Mulheres Negras (RJ, 1983), grupo que teve como suas fundadoras,

mulheres negras do movimento de favelas e do movimento negro, como Jurema Batista, Lélia Gonzalez, Regina Coeli entre outras.

Segundo Flávia Rio e Alex Ratts (2010, p. 98):

De um lado, formou-se um grupamento político de mulheres de diferentes posições sociais (moradores do morro e de bairro de classe média, trabalhadoras manuais com baixa escolaridade e mulheres com formação universitária); de outro, reuniram-se experiência diversas de formação, do movimento negro e dos movimentos de bairro e de favelas etc.

Centro de Mulheres da Favela e da Periferia (Rio de Janeiro, 1985), Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa (Maranhão, 1986), Coletivo de Mulheres Negras em Belo Horizonte – N’zinga (Minas Gerais, 1986), Maria Mulher (Rio Grande do Sul, 1987), Géledes (São Paulo, 1988), Casa de Cultura da Mulher Negra (São Paulo, 1990), Fala Preta (São Paulo, 1997), Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (Bahia, 1988), entre muitas outras. De maneira gradativa, as pautas das mulheres negras foram ganhando espaço e, durante a chamada década da mulher, o alcance das temáticas de gênero e raça alcançaram as plataformas internacionais. Por esse motivo, a multiplicação dessas fontes de financiamento e do crescimento da presença das mulheres negras nos espaços políticos, reivindicando seu lugar de fala, é que o sexismo e o racismo nos movimentos sociais começam a ser apontados concomitantemente nos espaços de militâncias.

O encontro de mulheres negras em 1988, em Valença/RJ, foi um marco na trajetória da construção das organizações negras. Aproximadamente 450 mulheres negras, vindas de várias regiões, se reuniram no I Encontro de Mulheres Negras, que foi precedido de alguns encontros locais regionais e estaduais, além de encontros femininos internacionais. Este encontro teve uma característica peculiar: pela primeira vez na história do feminismo negro, mulheres negras de todas as regiões do Brasil se prepararam para participar e decidir coletivamente os rumos do movimento nacional de mulheres negras no Brasil. O encontro pautou temas como: educação, controle de natalidade, prostituição, emprego doméstico, formas de organização coletiva, inserção em demais movimentos políticos, ancestralidade, sexualidade, prazer, violência e alcoolismo. Houve uma diversidade ideológica na organização do evento, mulheres e de partidos políticos, de comunidade de base, de sindicatos, de grupos religiosos e de diversos grupos e organizações e coletivos de mulheres negras. (I Encontro Nacional, publicado no N’Zinga, nº 5, 1989)

No texto escrito coletivamente, elaborado no Encontro, foi pontuado que não havia interesse em “rachar” com os Movimentos Sociais (CARNEIRO, 2003). O documento também aponta a construção do “Enegrecendo o feminismo” para designar a trajetória das

mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro, e aponta que a identidade branca e ocidental da construção feminista é insuficiente para integrar as diferentes expressões do feminismo construídos nas sociedades multirraciais e pluriculturais.

A primeira diz respeito às contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista. A discussão que transpõe o movimento feminino negro se refere à crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo, e que vem alterando significativamente as percepções e comportamentos do movimento e de instituições sociais.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam potencialidades que desencadeiam processos específicos na luta de cada grupo. Partindo dessa reflexão, é urgente a constituição de práticas diversas, que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, que acolha as especificidades. O combate ao racismo é uma prioridade política para as mulheres negras, nas palavras de Lélia Gonzalez: “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (GONZALES, 1984).

A necessidade de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres é histórica e produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada das mulheres negras, como a masculinidades subalternizadas com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante das mulheres brancas. Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o *status* dos gêneros.

Por isso, para que as mulheres negras atingissem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos, precisariam experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. O racismo superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos “gêneros subalternos”. Referencia os gêneros hegemônicos padrões, heteronormativos, que seriam inalcançáveis numa competição desigual.

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro, exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres. Gonzalez (1984) faz sínteses preciosas que balizam a discussão: a primeira delas diz respeito às contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro; e a segunda refere-se à crítica fundamental que a

ação política das mulheres negras introduziu no feminismo e que vem alterando significativamente suas percepções, comportamentos e instituições sociais.

De acordo com González (1984), as concepções do feminismo brasileiro apresentam duas dificuldades para as mulheres negras. De um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Isso ocorre ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade; ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres; e ao ignorar as mediações ocorridas nos processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos.

Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral, que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros.

Essas avaliações vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham em nível nacional. Por exemplo, nos fóruns específicos de discussões programáticas; em instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país; entre outros a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são pautados pelas mulheres negras, à luz do efeito do racismo e da discriminação racial. Nesse sentido, apontamos a seguir os principais vetores que nortearam as propostas do movimento, o que resultou em mudanças efetivas na ótica feminista.

Dentre as vertentes do Movimento Feminista, existe aquele que foca nas especificidades



próprias das mulheres negras, denominado de Feminismo Negro. No Brasil, essa vertente teve início propriamente na década de 1970, com o Movimento de Mulheres Negras (MMN) e a partir da percepção de que faltava uma abordagem conjunta das pautas de gênero e raça pelos movimentos sociais da época. Em setembro de 2002 foi criada a AMNB (Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras). Duas grandes redes nacionais, voltadas para o fortalecimento de grupos e lideranças do movimento de mulheres negras, fundadas para promover o protagonismo das mulheres nos processos da Conferência de Durban, realizada na África do Sul. Após a Conferência, os grupos integrantes decidiram por sua continuidade, cuja missão é promover a ação política das mulheres negras, construindo marcos referenciais na luta contra o racismo, o sexismo, a lesbofobia, a opressão de classe e todas as formas de preconceito e discriminação.

Em maio de 2004 nasceu o Fórum Nacional de Mulheres Negras, com o propósito de ser o espaço de articulação, proposição e monitoramento das políticas governamentais. De composição bastante heterogênea, o Fórum vem buscando fortalecer e expandir os fóruns estaduais já existentes.

Em maio de 2006 foi criada a Rede Nacional de Lésbica e Bissexuais Negras, com o objetivo de dar visibilidade a esse segmento, incluir pautas raciais nas discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, construir espaços de reflexão sobre racismo e sexismo no interior dos movimentos e propor políticas públicas que possam incorporar as necessidades das lésbicas negras.

O crescente protagonismo das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro pode ser percebido na significativa mudança de perspectiva que a nova Plataforma Política Feminista adotou. Essa Plataforma, proveniente da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em 6 e 7 de junho de 2002, em Brasília, reposiciona a luta feminista no Brasil nesse novo milênio, sendo gestada coletivamente por mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias etc. As discussões se detiveram criticamente sobre as questões mais candentes da conjuntura nacional e internacional, nos obstáculos contemporâneos persistentes para a realização da igualdade de gênero e nos desafios e mecanismos para a sua superação.

A Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras representou, também, o coroamento de quase duas décadas de luta pelo reconhecimento e incorporação do racismo, da discriminação racial e das desigualdades de gênero e raça que eles geram. Tal concepção

constitui-se em um dos eixos estruturais da luta das mulheres brasileiras.

Ao incorporar esse princípio, sela um pacto de solidariedade e corresponsabilidade entre mulheres negras e brancas na luta pela superação das desigualdades de gênero e entre as mulheres no Brasil. Redefine os termos de uma verdadeira justiça social no Brasil. Como afirma Guacira César de Oliveira, da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, e uma das integrantes da Comissão Organizadoras da Conferência: reafirmamos que os movimentos de mulheres e feministas querem radicalizar a democracia, deixando claro que ela não existirá enquanto não houver igualdade; que não haverá igualdade sem distribuição das riquezas; e não há distribuição sem o reconhecimento das desigualdades entre os homens e mulheres, entre brancos e negros, entre urbanos e rurais, que hoje estruturam a pobreza. Não almejam a mera inversão dos papéis, mas um novo marco civilizatório (CARNEIRO, 2003, p. 285).

Nessa perspectiva, a Plataforma Política Feminista oferece à sociedade a contribuição para uma sociedade democrática e socialmente justa. Sinaliza, claramente, para a urgência de instituição de um novo marco civilizatório no qual são colocados em questão a necessidade de avançar a democracia política. A democracia política representativa, que tem no voto seu instrumento básico de funcionamento, vigora no Brasil como se fosse a única prática legítima de exercício de poder, apesar da forte crise de legitimidade de suas instituições.

A democracia representativa ainda está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade brasileira, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, em que pesem as diferenças político-ideológicas entre os partidos. Essa situação tem sido ainda agravada pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e ao sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa política para muitos segmentos (CARNEIRO, 2019, p. 285).

A crítica incide sobre o estado democrático de direito e justiça social, em que se aponta a concentração de riqueza, a dimensão de gênero e raça/etnia das desigualdades e exclusão social. A desigualdade cresce também através das atuais práticas fiscais, que favorecem a acumulação do capital e nega o acesso à riqueza nacional por parte da grande maioria da população, principalmente as mulheres negras e indígenas.

Em busca de um novo marco civilizatório, as mulheres se posicionam claramente contra a ordem neoliberal. Os movimentos brasileiros de mulheres opõem-se às políticas neoliberais e de ajuste estrutural e reafirmam a necessidade de que o Estado desenvolva políticas públicas afirmativas para a superação da pobreza, a geração de renda e emprego e a garantia de bem-viver. O grande desafio é propor, articular e implementar propostas que estejam afinadas com um projeto de superação. O movimento de mulheres negras vem sinalizando iniciativas fundamentais nas imbricações entre racismo e sexismo.

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou

formas de resistência e superação tão ou mais contundentes.

O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão. Os efeitos do racismo e do sexismo são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas na relação de dominação.

O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações e articulações nacionais, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas.

Sumariamente, podemos afirmar que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído como a força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil. O lugar de subalternidade, historicamente reservado às mulheres negras, está sendo reconfigurado pouco a pouco e demolido pela resistência e determinação dessas pessoas em assumir o papel de protagonistas e agentes políticos. A história do movimento de mulheres negras no Brasil se funde com a história de construção do Brasil contemporâneo.

### **1.3 Mulheres Negras e suas Transformações na esfera Pública**

A história de luta dos movimentos negros e de mulheres negras no Brasil é marcada por ações que visam a erradicação do racismo das estruturas do estado brasileiro, a superação das desigualdades raciais através da garantia dos direitos e o aperfeiçoamento da democracia brasileira. Os movimentos atuaram decisivamente para o enfrentamento do racismo, especialmente na revisão da Constituição brasileira em 1988 e por ocasião da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância em 2001 e na criação da SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003.

Na revisão da Constituição de 1988, estes movimentos conseguiram construir um conjunto de medidas que pudessem erradicar as desigualdades e consolidar direitos, a exemplo dos direitos à saúde, à educação, à moradia e à terra e da criminalização do racismo, atingindo em cheio o racismo institucionalizado nas práticas do estado brasileiro. A retirada de mecanismos jurídico-político da Constituição não permitiram o reconhecimento do

tratamento desigual destinado aos negros e negras e inaugurou políticas públicas que pudessem oferecer condições ao desenvolvimento de cidadãos e cidadãs, de acordo com as suas necessidades. Muitas medidas foram tomadas a partir da promulgação da Carta Magna, a exemplo do reconhecimento das terras de remanescentes de quilombos; de leis ordinárias de coibição e punição do racismo; do reconhecimento do quadro de saúde/doença da população negra, com destaque para a doença falciforme. Mas estas ações não surtiram o efeito necessário para a superação das desigualdades.

Com a participação do Brasil no processo de discussão sobre o racismo e as suas formas contemporâneas de violação de direitos que culminou com a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em 2001, outras questões vieram à tona, tais como: o pedido de reparações por danos causados pela escravidão; o reconhecimento da escravidão transatlântica como um crime de lesa humanidade; as ações afirmativas, principalmente nos campos do trabalho, da economia, do acesso à terra; da educação e resgate da história da África e dos afrodescendentes no Brasil. Neste período também cresceram os estudos voltados para a situação dos negros no Brasil, dando especial ênfase as desigualdades no campo do trabalho, da educação, da saúde e da participação política.

Durante a III Conferência, o governo brasileiro deu início a uma séria de medidas de ações afirmativas no campo do trabalho, na esfera federal, que pouco reverberou em nossa sociedade. O principal debate foi o de cotas raciais na educação, processo iniciado pelo governo do estado do Rio de Janeiro que acabou servindo de exemplo para outras universidades em todo o país. O tema ganhou as manchetes dos jornais e até hoje é o principal vetor de discussão sobre a questão racial na mídia. Junto a este processo, corria na Câmara dos Deputados (desde 2000) a criação de um estatuto que pudesse regular as ações para a superação das desigualdades e efetivação de direitos. O Estatuto da Igualdade Racial está até hoje sem aprovação do Congresso Nacional.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) à presidência da República em 2002, outros passos foram dados: a criação da SEPPIR; a incorporação da diretriz superação das desigualdades raciais no Plano Plurianual (PPA) de 2004 a 2007; a política integrada entre os diversos ministérios para o desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos; a posse de quatro ministros negros e um desembargador negro para o Supremo Tribunal de Justiça, entre outros. Estas medidas, inéditas na história do Brasil, trouxeram a certeza de que o Estado brasileiro estava disposto a erradicar o racismo e implementar ações que efetivassem os direitos da população negra.

Os movimentos negros e de mulheres negras foram chamados a contribuir, especialmente na implantação do novo mecanismo de efetivação de políticas públicas, a SEPPIR. A possibilidade da instalação de um mecanismo que pudesse coordenar as ações já existentes e projetar uma política de fôlego contra o racismo gerou uma série de iniciativas políticas por parte dos movimentos negros, no sentido de produzir informações, e novas metodologias de políticas públicas. Cabe lembrar que todos estes passos foram dados a partir da pressão dos movimentos negros e de mulheres negras, que desde 1988, centenário da abolição, vem se manifestando nacionalmente para a erradicação do racismo no Brasil, e contribuindo para a implantação de ações que superassem as desigualdades raciais.

O movimento negro, no Brasil, ressignifica e politiza a raça, coloca o país e sua história em Marcha por novos contextos históricos, teóricos, ideológicos e políticos para explicar como o racismo opera no Brasil na estrutura do Estado e vida cotidiana da população negra. É o movimento que traz uma nova configuração visual e visibiliza à questão étnico-racial. Rompe com distorções históricas, naturalizadas pela população negra sobre sua história, cultura práticas e conhecimentos. Coloca a população negra no centro das questões sociais e interpreta afirmativamente a raça como construção social, derrubando assim, o mito da democracia racial (GOMES, 2017).

Assim, compartilho da epistemologia de que toda experiência social produz conhecimento e este conhecimento é contextual. A diferença cultural e política trará tensionamentos dialéticos, ou seja, a diferença ressignifica o que está posto em nossa trajetória histórica étnico-racial. Cabe ressaltar que neste estudo o movimento negro é entendido como sujeito de conhecimento.

No Brasil há distinções de linhas teóricas de ativismo de mulheres negras, no cenário político contemporâneo. A tecnologia de informação como ferramenta de protesto político marca uma faceta de um estilo de representação, mas não contém toda emergência da “nova geração” de ativistas do feminino negro. A expressão digital é a forma visível, mas as bases de organização, a institucionalização e as redes centralizadas é um marcador de uma geração na mobilização de mulheres negras no país.

O feminismo negro, no Brasil, emerge da organização de mulheres negras no interior do movimento feminista, a discussão contemporânea tem como marco a Marcha de Centenário da Abolição. A partir deste, emergem diversas organizações de mulheres negras, potencializando uma habilidade que mulheres negras têm de agregar, uma leitura histórica necessária para entender que “vem de longe nossos passos”.

Quero aqui versar sobre tipos de feminismos que integram o *feminismo negro* no

Brasil e que historicamente fazem parte de três gerações de ativismo. No início do século XX um conjunto de jovens negras surgem na cena pública como um *novo sujeito político*, dentro de um contexto conjuntural de abertura de diversos movimentos sociais “marcando um período de ampla incorporação de demandas sociais por parte do governo federal, principalmente, que fazem essa geração de ativistas apresentar características muito peculiares: são jovens universitárias que integram o primeiro grupo de estudantes cotistas”(RIOS, 2018). Em um momento peculiar, o Governo Federal incorpora como política pública de educação afirmativa, o que contribui para potencializar uma geração de ativistas jovens universitárias que integram o primeiro grupo de estudantes cotistas. Muitas vieram de territórios periféricos, demarcam sua construção no ativismo de mulheres negras e ocupam lugares estratégicos em ambientes governamental e acadêmico.

A partir dos meados de 2000, a geração de mulheres negras que se organizam tem a formação coletiva como instrumento indispensável para sua luta. A questão educacional como eixo estratégico agrega à escolarização formal aspectos marcantes das trajetórias de cada integrante. Encontros, reuniões e cursos tornam-se processos de troca e fortalecimento coletivo (RIOS, 2017).

A construção que as jovens feministas negras fazem e o feminismo clássico – é a ampliação das conquistas no campo das políticas públicas. A nova geração apresenta pautas diversificadas e nas redes sociais um campo diverso e com novas possibilidades de visibilidade de construção. É uma geração que amplia as conexões de seu tempo histórico se ligando às ações e disputas anteriores. “Se autodeclaram feministas que abrem caminhos para ampliação e uso das ferramentas virtuais no campo das lutas envolvendo as questões de gênero e raça da geração” (RIOS, 2017, p. 7).

A interseccionalidade como identidade coletiva surge no Brasil, junto com as novas gerações de ativistas, antirracistas e feministas que atuam entre as redes digitais e as ruas. No feminismo negro norte-americano tem como proposta a formação de identidade política configurada na interseção de raça e de outras subordinações que permeiam a mulher negra. Objetiva dar visibilidade pública e reconhecimento às mulheres negras, lésbicas e transexuais como sujeitos coletivos de direitos, sem excluir mulheres brancas.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça e classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS, 2019, p. 19).

## 2 MARCHA DE MULHERES NEGRAS NA RUA

As mulheres negras se movimentam em diversos movimentos na cidade: caminhada contra a intolerância religiosa; Fóruns de Mulheres Negras na ALERJ e esses campos de luta fortalecem a marcha em Copacabana. Como esses corpos vão se movendo em diversos territórios pela cidade? As reflexões de como marchar rompem com padrões hegemônicos visuais? Por que marchar na orla de Copacabana é importante para o movimento de mulheres negras? Há transformação do território com a marcha de mulheres negras? A violência na cidade do Rio é um dos pontos de pauta do manifesto lido anualmente na Marcha? Como a manifestação rompe ou não, simbolicamente, com as pautas do poder público? As condições das mulheres negras na cidade do Rio têm tido avanços com esse mover das mulheres negras em Marcha? Ao marchar, que memórias coletivas e individuais são acionadas para potencializar essas vozes?

Início este capítulo discorrendo sobre minha inserção na pesquisa, os encontros com mulheres negras, que me impulsionaram a pesquisar a Marcha de Mulheres Negras no espaço urbano de Copacabana.

Há formas múltiplas de se estudar e refletir a questão racial em protesto no espaço urbano e procurarei tratar sobre como as questões raciais em protesto, sobretudo de mulheres negras, no espaço urbano da zona sul, ganham uma dimensão outra que nas periferias da cidade. As dimensões são outras quando os protestos emergem fora da periferia, marchar na zona sul segundo as mulheres em marcha trazem as questões da desigualdade: trabalho, saúde, para o centro do debate.

*Marchar em Copacabana é bem diferente de Marchar em Madureira se fosse em Madureira somente quem está lá veria. Queremos que nossas questões sejam vistas por todos.* (Clátia, 2019)

Em 2014, tem início o **Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais Negras** – com o objetivo de conferir visibilidade aos conhecimentos de Mulheres Negras, criado pela Dr.<sup>a</sup> Giovana Xavier – Ativista científica dedicada à produção de teorias do conhecimento relacionadas à epistemologia que conceitua história intelectual de mulheres negras. \*\*\*

[...] surge no desejo de congregar mulheres negras – cis, trans de sexualidades múltiplas de diferentes áreas para construção de uma rede feminista negra engajada na produção de conhecimento e promoção de ações com foco em comunidades negras, suas experiências e histórias. No primeiro momento em conjunto com as professoras: o grupo promovia reuniões abertas, que tinham como foco definir as feições do grupo, discutindo tanto as possibilidades e limites de nos definirmos como intelectual negra quanto as ações de formação interna e externa que

poderíamos desenvolver.

#### Principais ações

Entre 2015 e 2016, com experiências acumuladas em nosso processo de constituição, realizamos dois eventos: o Encontro de Formação Gestando Espaços, Criando Laços e o I Seminário Intelectuais Negras: Escritas de Si. Em conjunto com o Núcleo de Pesquisa em Desconstrução de Gêneros (DEGENERA-UERJ), coordenado por Amana Mattos, oferecemos o Simpósio Temático Feminismos Interseccionais no Simpósio Internacional Desfazendo Gênero, realizado em 2015, na cidade de Salvador. Em consonância com nosso papel de intelectuais públicas criamos a Campanha Vista Nossa Palavra FLIP 2016, com objetivo de conferir visibilidade à produção literária de Autoras Negras, invisibilizadas na 14ª Festa Literária de Paraty.

#### b) Intelectuais Negras: Muitas e Visíveis

Valorizamos a autoria de mulheres negras, enfatizando o poder que sua palavra e sua escrita desempenham nas lutas contra as desigualdades em sociedades pós-escravistas como o Brasil. Para tal, partimos do princípio da diversidade que nos constitui como Mulheres Negras. Acreditamos que tal reconhecimento, muitas vezes invisibilizado pelo racismo, é parte de algo primordial: o cuidar umas das outras.

Nessa lógica, o Grupo baseia-se na perspectiva feminista negra interseccional, que inclui o diálogo e o respeito com todas as formas de organização conduzidas por Mulheres Negras (Feminismo Negro, Mulherismo Afrikana, Womanism, Negralismo, Transfeminismo Negro) e também com movimentos feministas brancos comprometidos com a luta contra o racismo. Baseadas na perspectiva da “educação com afeto”, criada por Azoilda Loretto da Trindade, nossa agenda de pesquisa ativista motiva-nos a buscar respostas para questões como: Quais limites e possibilidades de definir individual e coletivamente o que é ser Mulher Negra? Que experiências nos aproximam ou nos distanciam enquanto Mulheres Negras?

Como lidar com as diversas histórias de Mulheres Negras sem hierarquias, invisibilizações e silenciamentos? Quais estratégias podemos lançar mão para que os saberes que produzimos – enquanto Intelectuais Negras – contribuam para enfrentarmos os dilemas postos?

Seguimos trabalhando para significar o Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais Negras como um espaço de educação cooperativa com vistas à criação e visibilização de práticas pedagógicas e conhecimentos emancipatórios que promovam fortalecimentos individuais e coletivos entre Mulheres Negras<sup>1</sup>.

Em 2015 início no grupo de organização de mulheres negras – Intelectuais Negras, composto, na maioria por professoras da rede pública da cidade do Rio, este grupo de reunia para estudar leituras como Bell Hooks e Angela Davis, entre outras ativistas do movimento negro acadêmico estadunidense. Este, acredito, foi um momento importante de minha trajetória de unir as leituras que estava realizando, com o desejo real de voltar à academia. O hiato que sentia a partir da minha graduação, finalmente estava fazendo sentido. Sentia que falar na primeira pessoa, escrever minhas narrativas a partir de mim, só eu poderia fazer: e isso me libertou e me revestiu de coragem para andar.

---

<sup>1</sup> Fonte documental: [https://www.facebook.com/intelectuaisnegrasufrj/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/intelectuaisnegrasufrj/?ref=page_internal)



Figura 5 – Foto do Grupo de Intelectuais Negras em 2014 em uma das reuniões do grupo IPUB



Fonte: A autora, 2021.

## 2.1 Os desafios históricos: Mulheres negras em Marcha

Um dos principais desafios enfrentados pelas organizações negras e de mulheres negras ao longo dos últimos anos tem sido a garantia de implementação e de sustentabilidade de políticas públicas capazes de realizar as conquistas sociais das últimas décadas, em particular, os resultados da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas/CMR. Esta situação, ao lado das políticas sociais implantadas ou aprimoradas no período requisitou – e ainda requisita – de ativistas, em particular afrodescendentes e, entre estes, as mulheres negras, aprofundamento continuado em sua qualificação e capacidade de intervenção.

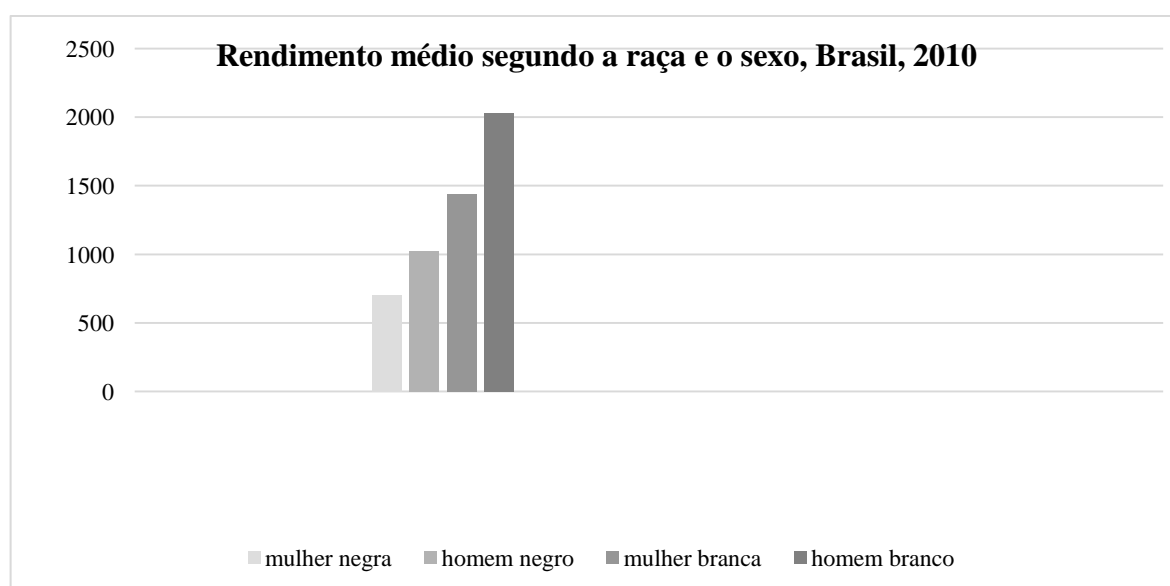
No Brasil, abaixo da linha da pobreza, estão 63% das casas comandadas por mulheres negras com filhos de até 14 anos, com US\$ 5,5 per capita ao dia, cerca de R\$ 420 mensais (IBGE). O índice representa mais que o dobro de pontos percentuais se comparado à média nacional. De acordo com o IBGE, há mais de 7,8 milhões de pessoas vivendo em casas chefiadas por mulheres negras. No caso daquelas chefiadas por mulheres brancas, o número absoluto é de 3,6 milhões. O arranjo com menor proporção de pessoas abaixo da linha da

pobreza (IBGE, 2010).

No Brasil, os dados de violência a homens e mulheres negras são absurdos: de cada 100 pessoas assassinadas 71 são negras. Entre 2005 e 2015, a taxa de homicídios de pessoas negras aumentou 18,2%. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% em 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos, entre as de não negras o crescimento foi de 1,7% já entre mulheres negras foi de 60,5% (IPEA, 2017).

Mulheres negras enfrentam cotidianamente os piores indicadores socioeconômicos, quando comparamos aos de mulheres e homens brancas e, na maior parte, aos indicadores socioeconômicos de homens negros, como no exemplo a seguir: mulheres negras recebem menos pelo trabalho realizado; a renda média é 2,7 vezes menor do que recebe em média um homem branco; 1,8 vezes menor do que a média de renda das mulheres brancas; 1,3 vezes menor do que a renda média dos homens negros. Esta desigualdade também é mostrada no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Rendimento médio segundo a raça e o sexo no Brasil



Fonte: IBGE, Microdados PME (2010).

Segundo o gráfico, há uma racialização que separa rendimento e estabelece desigualdades. Além de inferiorizar a população negra, estabelece formas diferenciadas de subordinação de acordo com o sexo das pessoas negras que afeta sobretudo mulheres negras.

A gestão da Marcha de Mulheres Negras, se iniciou após o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas realizado em San Domingos, na República Dominicana, com a presença de mulheres negras de setenta países, e instituiu o 25 de julho

como o dia das mulheres negras da América Latina e do Caribe. Uma data em que se busca dar visibilidade às demandas políticas e às lutas da população negra nos países da região, com ênfase às desigualdades de gênero, de raça e de classe.

Desde 1992, a partir do “I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-caribenhas”, realizado em San Domingo, na República Dominicana, com presença de representação de mulheres negras de 70 países, se instituiu o 25/07 como Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. Este Dia tem o propósito de dar visibilidade às demandas políticas e lutas das descendentes de africanos na Diáspora, enfatizando a marca histórica das desigualdades de gênero, raça e de classe, que atingem as mulheres negras que vivem em sociedades que têm em comum as opressões do racismo, do sexismo/machismo/androcentrismo e as desigualdades socioeconômicas.

Dados de 2011 informam que cerca de 80 milhões de mulheres negras vivem nos territórios da América Latina e no Caribe que, historicamente, têm sido marcadas pela exploração e opressão, como ocorreu com o longo período do escravismo e, como se mantém na atualidade, com o sistema capitalista, mantendo expressivas desigualdades econômicas, raciais e de gênero. Por outro, a memória de lutas de mulheres negras fortalece as mulheres negras da atualidade, levando conhecimento e inspiração para lutar em defesa de uma sociedade mais igualitária. A Marcha das Mulheres Negras 2015 resulta desse processo de luta de visibilidade e afirmação das mulheres negras em toda América latino-caribenha e a partir da luta histórica das mulheres negras no Brasil (CUNHÃ, 2014)<sup>2</sup>.

A organização das mulheres para a Marcha de 2015, no Estado do Rio de Janeiro, começou em 2014, iniciada com uma plenária no Rio de Janeiro com diversas mulheres vindas de vários municípios do estado. Inicialmente uma coordenação estadual e posteriormente um comitê impulsionador da Marcha de Mulheres Negras – 2015/Rio de Janeiro, definiram comissões de trabalho que se estruturaram e ampliaram com mobilização nos municípios (ROSÁLIA, 2016).

---

<sup>2</sup> (texto extraído de: O Carnaval Axé-Nkenda e a Marcha das Mulheres Negras 2015: uma reflexão desde a perspectiva feminista negra – Rosália de Oliveira Lemos, Revista Gênero página 96).

Figura 6 – Foto da organização em São Gonçalo, 2015, da Primeira Marcha Nacional de Mulheres Negras pelo Bem Viver Brasília



Fonte: A autora, 2021.

Minha inserção em um dos grupos de trabalho de organização da Marcha de Mulheres Negras em 2015, em Brasília, se iniciou em no final 2014. Realizei a participação de alguns encontros Nova Iguaçu, São Gonçalo, Caxias, Centro do Rio.

Figura 7 – Foto da organização no Centro do Rio de Janeiro, 2015, da Primeira Marcha Nacional de Mulheres Negras Pelo Bem Viver Brasília



Fonte: A autora, 2021.

No Brasil, mulheres negras sempre viveram em contextos adversos. A Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, em 18 de novembro de 2015, veio a denunciar coletivamente o protagonismo das mulheres negras que envolveu várias instituições de mulheres negras pelo Brasil, o que fortaleceu os coletivos. A presença de lideranças de jovens negras em diferentes frentes de atuação apresentou uma nova configuração da participação: jovens ativistas e organizações que já tinham uma trajetória de luta consolidada.

Mulheres negras brasileiras continuam sendo a base do desenvolvimento econômico e político do Brasil sem que a distribuição dos ativos do trabalho seja revertida para seu próprio benefício. Denunciam que vivem a face mais perversa do racismo e do sexismo por serem negras e mulheres, sendo assim, alvo de discriminações de toda ordem, limitando gerações e gerações de mulheres negras a desfrutarem aquilo que produzem (MANIFESTO DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, 2015, 2014, p. 02).

As práticas têm sido em busca de um redirecionamento no alcance das vitórias das mulheres negras nos últimos trinta anos. O efervescente protagonismo político de mulheres negras pela emergência de organização, pelo fim do apagamento proveniente da escravidão e a necessidade de novas perspectivas que recubram perdas históricas. Combatendo estereótipos

estigmatismos, questionando desigualdades existentes entre negras e brancas em nossa sociedade contra cidadania inferiorizada por concentrar em si a tríplice discriminação de raça, classe e gênero. Segundo Sueli Carneiro, a mulher negra não foi pautada tanto no MNU como no feminismo brasileiro.

A militância plural é a forma de assegurar que o campo político não venha a privilegiar somente as mulheres brancas. Um novo posicionamento político a partir de uma perceptiva própria que coloque as questões das mulheres negras. É neste contexto que surgem organizações de mulheres negras, que pautam gênero, sexo e classe e suas diversas camadas.

O limite que o feminismo brasileiro teve ao não incluir as questões das mulheres negras rebateu a necessidade organizar plataformas próprias. A luta das mulheres negras impõe o combate ao racismo e aos outros segmentos da luta das mulheres. Medidas concretas ao combate ao racismo é bandeira de luta.

O racismo atinge dois terços das mulheres em todo mundo e práticas xenofóbicas em ascensão em todo mundo. Aplicação de mecanismos nacionais e internacionais vem desenhando novos contornos. Tanto a tradição de luta do MNU, quanto as lutas contemporâneas.

As mulheres que compõem desde 2015 a organização Marcha de Mulheres Negras estão em diversas instâncias de luta na cidade. No Rio de Janeiro, as mulheres negras compõem o Fórum de Mulheres negras, criado no final dos anos 80, em decorrência do processo de mobilização, na realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença/RJ em dezembro de 1988. O Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro tem como objetivo constituir-se em um espaço democrático de discussão e articulação política, com o intuito de contribuir para o fortalecimento institucional de pautas de mulheres negras organizadas em diversos segmentos da sociedade civil.

*O fórum tem o compromisso de dar visibilidade às conquistas coletivas das mulheres negras e às intervenções de enfrentamento às situações de racismo que fazem parte do nosso cotidiano. (Clátia Vieira, entrevistada, 2019)*

## 2.2 Mulheres negras não são iguais

Mulheres negras são diferentes umas das outras e esta diferença afeta de forma diferente a vida na produção das desigualdades e nos efeitos do racismo patriarcal. Esses fenômenos das diferenças coexistem e provocam subordinação de Interseccionalidade.

A interseccionalidade permite a visibilização das diferenças – desigualdades e privilégios – entre mulheres e no interior da população negra e, desse modo,

possibilita que se produzam respostas individualizadas, diretamente ligadas às vivências e necessidades de grupos específicos. O que as torna capazes de confrontar as desigualdades que se estabelecem tanto no plano geral da sociedade quanto intragrupos, permitindo também maior eficiência e eficácia na execução – e na avaliação – de políticas públicas (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, *Nem Gênero, Nem Raça*, mimeo, 2007, p. 17).

No Brasil, foram desenvolvidas diversas narrativas para descrever e classificar mulheres negras. As descrições ou narrativas comuns são: estereótipos, desvalorização, orgulho e vitimização. A sociedade vem no decorrer da história da formação brasileira criando amarras, às vezes “invisíveis”, que nos descrevem como inferiores. Esses estereótipos são uma das faces cruéis da desumanização da mulher negra.

As políticas públicas voltadas para mulheres negras devem ser transversais, para que atue simultaneamente: Mulheres Negras, direitos e políticas públicas sobre diferentes fatores e aspectos da vulnerabilidade em benefício de cada grupo populacional e suas necessidades. No Brasil, as políticas públicas, não consideram as diversidades e necessidades ao prover ações e serviços agravando, assim, desigualdades, pois, injustiças e desigualdades têm múltiplas origens, mas, atingem mulheres negras ao mesmo tempo, no direito à cidadania – é necessário que as políticas se articulem e atuem de forma concomitante para que sejam capazes de alterar efetivamente a realidade de mulheres negras brasileiras. Assim, políticas para mulheres negras devem envolver diversos setores de modo a enfrentar diferentes violências físicas e simbólicas, possibilitando enfrentar o racismo, o sexismo, a lesbofobia e as múltiplas discriminações que atingem a nós mulheres negras. A interseccionalidade é ferramenta fundamental para análise da nossa situação e para a visibilização da diversidade, das diferentes necessidades e das potencialidades dos grupos e populações.

A Marcha de Mulheres Negras, ao longo dos anos, tem desempenhado um papel importante em sua trajetória, pois, define uma agenda de reivindicação pautada por mulheres negras que são discutidas no Fórum de Mulheres Negras no Rio de Janeiro. Assim, a Marcha institui elementos de reivindicação em um projeto de justiça social e ressignifica a definição da vida política no exercício da cidadania e da democracia, amadurecendo o protagonismo político de mulheres negras e potencializando a agência de ativistas negras.

A pluralidade de visões dentro do movimento impulsiona negociações, sendo uma característica do movimento de mulheres negras e sua multiplicidade. A Marcha é composta de diversos movimentos que são uma característica do movimento de mulheres negras que compartilham uma visão de mundo, oprimidas pelas interseções de gênero, raça e classe.

### 2.3 Corpos Negros em Marcha em Copacabana

*Acordei muito cedo para organizar o equipamento: celular, máquina fotográfica, lentes, pilhas mochila, e fiquei pensando no que seria estar ali em Marcha em um território que só me trazia opressão – eu entrava ali às 8:00h com minha mãe e saía às 17:00h – tinha medo, vergonha, me sentia sem ar e oprimida, já entrava querendo sair e eis que estaria ali pela primeira vez, em Marcha com outras mulheres negras. O lapso temporal entre a menina que ia trabalhar no final da ditadura – e a mulher que estaria na Marcha fotografando em 2016 é fruto do trabalho de toda essa história que venho tentando narrar aqui com a ajuda de outras mulheres negras. A minha história de construção enquanto sujeito social mulher negra, se fez juntamente com as histórias de outras mulheres negras que se reuniram durante este período. Este período de organização do movimento foi o período do meu fortalecimento pessoal das opressões múltiplas que sofremos desde que chegamos no mundo, a menina que ia com a mãe trabalhar em Copacabana cresceu e se tornou mulher negra. Fui no ônibus sentindo um orgulho de nós até aqui. Nada será como antes. (Diário de Campo, 2016)*

Há uma relação intrínseca entre espaço urbano, poder e raça na dinâmica da cidade do Rio de Janeiro. Existe uma normatização racial que define quem pode frequentar determinados espaços. A desigualdade socioespacial e os processos que regulam a cidade é desigual, define privilégios e cria grupos vulneráveis.

A relação de racismo e geopolítica está inserida nas tensões e nos projetos de dominação racial em curso e define como o espaço será produzido, organizado, usado e apropriado. A população vulnerável no Brasil é predominantemente negra e reside em áreas desprovidas de saúde.

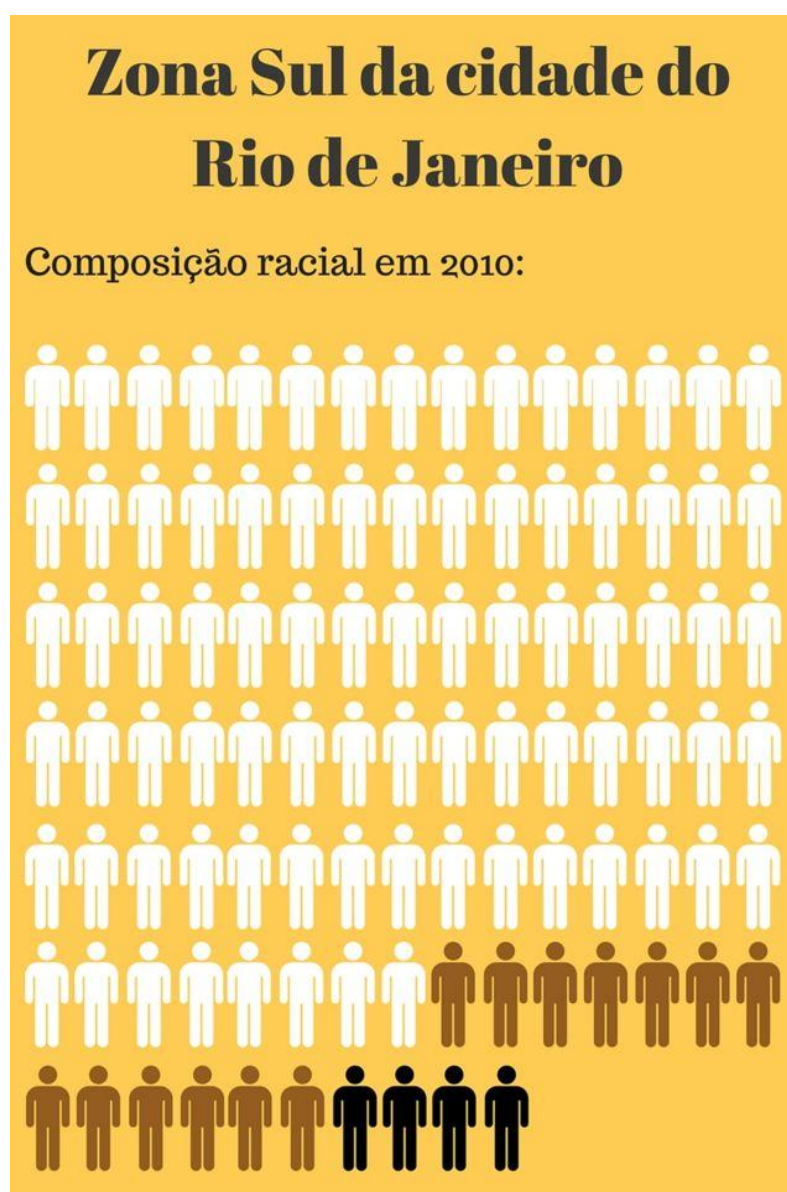
Copacabana está vinculada a um processo histórico de expansão urbana e progresso na modernidade. Segundo Julia O'Donnel (2013), o crescimento e o desenvolvimento da zona sul da cidade se deu junto com as reformas sociais que acompanharam o crescimento das vias férreas para os transportes coletivos, aliadas às ideias de progresso e ocupação urbana, em função da chegada da Família Real portuguesa, desencadeando um processo de transformações sociopolíticas. O valor simbolicamente construído da região começou após a construção do túnel do Leme, atualmente túnel novo, e posteriormente, com a construção do Hotel Copacabana Palace. Até a década de 1950, a região sul da cidade era conhecida como símbolo do progresso e do desenvolvimento social. Assim, gradativamente a região foi sendo ocupada pela burguesia carioca.

Copacabana é um bairro na zona sul do Rio de Janeiro, que apresenta uma cartografia singular na estrutura de desigualdade historicamente construída. Cercada de beleza natural, e desigual em ocupação e no acesso a bens públicos, apresenta linha bem definida e racializada de ocupação, ou seja, é um bairro construído historicamente por uma ocupação de pessoas não negras. Apesar de sua ocupação ter sido racializada, é um bairro de várias camadas de



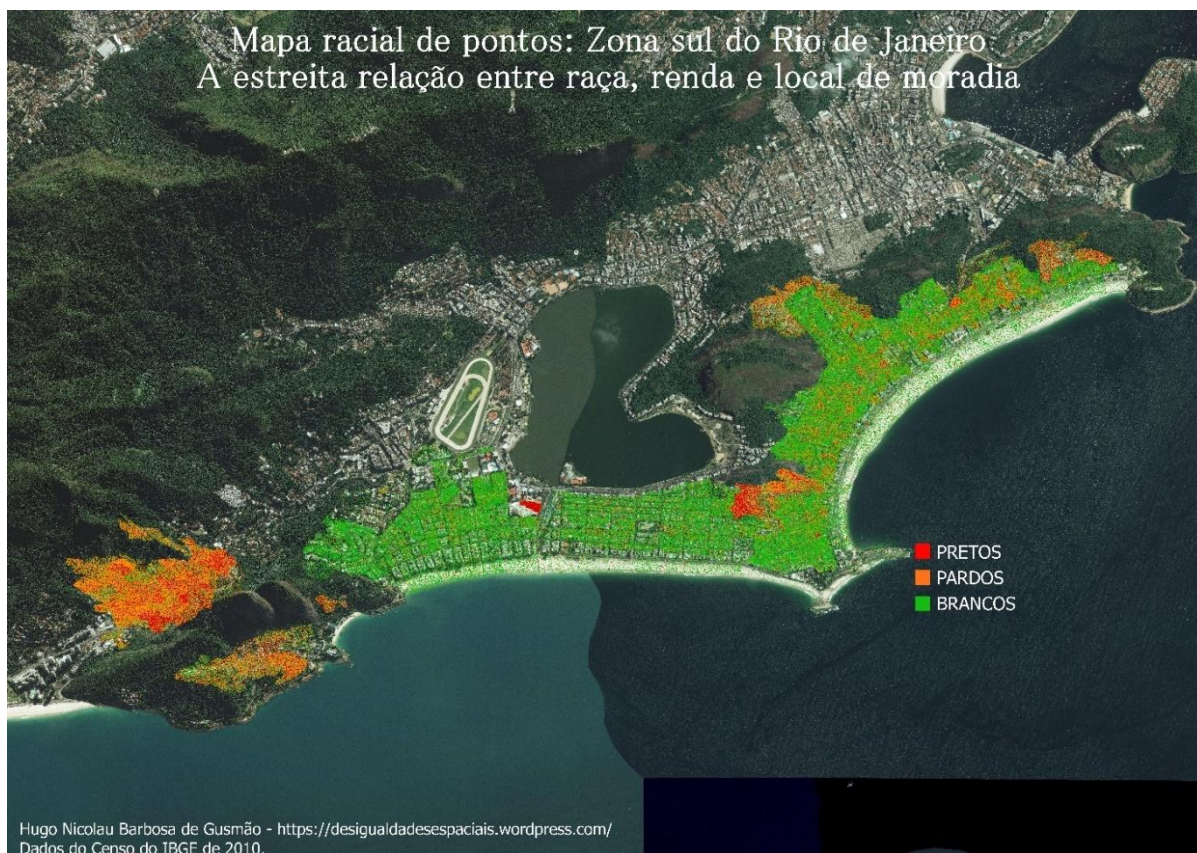
complexidades sociais. O espaço urbano no Rio de Janeiro é segregado historiograficamente, marcado por padrões de desigualdades, e esses processos vão se constituindo na cartografia de ação estatal da cidade. Como entender esses processos e como a Marcha de Mulheres Negras vem acirrando essa política de visibilidade social trazendo as questões raciais das margens para o centro, em específico para zonal sul?

Figura 8 – Na zona sul, bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa, brancos são 83% da população; pardos, 13% e pretos, 4%



Fonte: **DESIGUALDADES ESPACIAIS, 2015.**  
<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>

Figura 9 – Mapa racial de pontos: Zona sul do Rio de Janeiro – A estreita relação entre raça, renda e local de moradia



Fonte: DESIGUALDADES ESPACIAIS, 2015 <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>

Autor: Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão

Mulheres negras há cinco séculos tem sido de importância gigantesca na construção da sociedade brasileira, com atuação desde o regime escravocrata à atualidade. A luta de mulheres negras por equidade se desenvolve ao longo da construção histórica do Brasil. Apesar da violência da invisibilização cotidiana construída em um contexto de racismo e sexismo, mulheres negras carregam em si ações transformadoras. Em uma sociedade sem equidade social, desigual em classes, em orientação sexual, na geração e distribuição de renda lutam, se organizam e criam estratégias de superação. A marcha de mulheres negras é a síntese da luta contra as diversas formas de opressão e violação cotidiana de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais que carregam os piores indicadores de qualidade de vida.

Os protestos periféricos são marcados em áreas de violência na cidade do Rio de Janeiro, assim, as desigualdades estão em espaços majoritariamente negros. Há uma invisibilidade das margens nos meios midiáticos. A mobilização coletiva em protesto na zona sul da cidade traz as margens para a visibilidade. Os protestos em Marcha de Mulheres Negras trazem as narrativas da raça para a cidade, desloca a dimensão local para a cidade.

*Eu fui sozinha em 2016, para a Marcha e quando eu saí do metrô eu não estava só. Eu tive o reconhecimento de espaço de negritude, de território de mulheres como eu.* (Aída Gonçalves Viana, 2021)

O corpo negro carrega em si um pertencimento que se conhece ancestralmente ao caminhar na vida. Vivemos a resistência de reunir em nossa construção subjetiva e coletiva “dois mundos”. Enfrentar o olhar branco é resistir e trazer para a gira as referências contidas e reprimidas, trazer nossos cantos, nossas cores, nossos risos bem altos, nossa afetividade o quilombo nas ruas da zona sul da cidade. Não é um exercício fácil de se fazer sozinha. Ao marchar, cada ponto que ficou solto em cada uma de nós se junta e as referências que nos foram abolidas, massacradas, extirpadas, sequestradas, emergem com símbolos, sons e visualidades que os brancos não entendem como foram capazes de resistir a tantos massacres. E o peso do olhar branco que nos oprime, nos invade, é confrontado. O corpo passa a ser meu território.

O protagonismo de Mulheres Negras em Marcha, na orla de Copacabana, nos convida a refletir e construir visualmente outras referências coletivas de corpos negros em manifestação protagonizando e ressignificando o domínio histórico coletivo de mulheres negras em submissão, colocando as bases matriarcais no centro do mundo.

A dimensão geopolítica do racismo se manifesta no controle social de quem ocupa e busca legitimidade também pela imagem – onde será exercido o poder e como. Assim, marchar em Copacabana gera um fato midiático e reconfigura a imagem da democracia racial. Essa desobediência da ordem urbana de um comportamento racial esperado e legitimado pelas relações de trabalho que ocupam a mulher negra no local – que determina comportamentos raciais submissos – apesar das afirmações de que no Brasil não há racismo. “A (in)dignidade é racialmente construída e geopoliticamente diferenciada” (OLIVEIRA, 2020, p. 64).

Para Mbembe (2018), o racismo regula: 1) a presença ou ausência de negros em determinados espaços; 2) a distribuição racial especialmente diferenciada; 3) torna funções mortíferas do Estado na definição de quem pode ou não pode ou não circular por determinados espaços. Na dinâmica social esses processos não estão dispostos em lei, paira na produção de um sentido, entorno da vida fornecendo regras. No Brasil, com uma sociedade formada com bases coloniais, a raça é um elemento central na construção branca diante das corporeidades negras.

A Marcha conclama a defesa do corpo-território – uma epistemologia feminina latino-americana e caribenha feito por mulheres de povos originários – “e suas posições se encontram dentro do que se denomina ‘novos olhares ecofeminista desde o sul’”. Assim,

muito mais do que um conceito, é uma metodologia para a vida. No coletivo *Miradas Críticas del Territorio Desde el Feminismo*, criado em 2012, “falar em corpo-território é pensar em como nossos corpos estão unidos em corpos que habitam” (p. 52). “O território a partir das disputas de poder, visto também como o espaço habitado, enfatizando que o corpo é nosso primeiro território (MIRADAS, 2017, p. 53).

A Marcha de Mulheres Negras reivindica a defesa do corpo-território, onde estiverem pessoas não brancas, onde estabelecerem relações de trabalho, afeto, e do bem viver. O corpo feminino negro em marcha no território releva as inúmeras camadas de opressões e resistência: a rua, a comunidade, a praça, a organização e protagonismo, a família.

Queremos dizer ao mundo que estamos em permanente defesa do corpo: “Território: Nosso corpo nosso espírito” (...) Enquanto mulheres lideranças e guerreiras geradoras e protetoras da vida iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. Difundindo nossas sementes, nossos rituais, nossa língua, nós iremos garantir a nossa existência” (Documento final – Lutar pelos nossos territórios lutar pelo nosso direito a vida).

O sujeito político mulher negra mobiliza o território com a legitimidade representativa e dinâmicas próprias que o movimento de mulheres negras estabelece ao longo da história de construção ainda em curso do feminismo negro.

A marcha de mulheres negras ao longo dos anos tem desempenhado um papel importante em sua trajetória, pois, define uma agenda de reivindicação pautada por mulheres negras e são discutidas no Fórum de Mulheres Negras no Rio de Janeiro. Assim, a Marcha institui elementos de reivindicação em um projeto de justiça social e ressignifica a definição da vida política no exercício da cidadania e da democracia, amadurecendo o protagonismo político de mulheres negras e potencializando a agência de ativistas negras.

A pluralidade de visões dentro do movimento impulsiona negociações, que é uma característica do movimento de mulheres negras e sua multiplicidade. A marcha é composta de diversos movimentos, sendo uma característica do movimento de mulheres negras que compartilham uma visão de mundo, oprimidas pelas interseções de gênero, raça e classe.

Figura 10 – Neusa Maria, ativista em Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019



Fonte: A autora, 2021.

Para se entender as várias opressões que atravessam as mulheres negras no território e nas relações que se estabelecem, é necessário um esforço de se compreender as várias camadas contidas nos agentes que perpetuam, que vivenciam e atuam na produção dessa cidade. É necessário ruptura com o atual modelo hegemônico construído sem incorporar as especificidades das diversidades étnicas raciais e sociais que compõem a cidade. Ao marchar no território, Copacabana, Mulheres Negras dão voz no território às maiorias negras excluídas, oprimidas e ressignificam no tempo em marcha, uma outra reconfiguração, o espaço passa ser o território de visibilidade.

*Marchar em Copacabana é trazer para este lugar que historicamente não nos pertence, o nosso pertencimento. (entrevistada)*

A relação do território, Copacabana, posto 6 ao Leme e raça vem de uma construção social inexistente do direito à terra. A maioria da população diaspórica africana, no Brasil, não é humanizada, o lugar em que se vive não é, em sua maioria, reconhecido no que se refere aos direitos sociais e humanos. Os corpos negros que ali trabalham agregam as camadas de exclusão, fazem parte de um contingente majoritário de trabalhadores informais – sem direitos trabalhistas, ou são empregadas domésticas advindas das regiões mais distantes dos centros e

territórios periféricos. Assim, o corpo feminino periférico, em sua maioria, em Marcha de diferentes faixas etárias – são atravessadas conforme esse corpo se move neste espaço, e na mobilidade entre as periferias e a zona sul. Quais opressões este corpo atravessa ditadas pelo gênero, a raça e a classe? A falta de transportes públicos, o assédio, a violência obstétrica, a falta de creche, a gravidez precoce entre vários outros fatores que fazem parte das variáveis do corpo negro feminino periférico.

#### 2.4 A Marcha Resignifica o Acervo Visual Coletivo

A vida contemporânea é marcada também por uma guerra de imagens e símbolos e por uma busca sedenta por representação e visibilidade. Não quero refletir sobre as dualidades entre universalistas *versus* identitaristas, pois seria reduzir a grupos que são historicamente discriminados. Construiremos como política de imagem, as novas configurações da relação do poder da imagem e como mulheres negras se inserem e propõem um outro deslocamento nas representações imagéticas historicamente construídas. A Marcha de Mulheres Negras em Copacabana é uma desobediência visual revolucionária (hooks, 2019).

A construção de imagens de mulheres negras, historicamente vem sendo sedimentada por imagens construídas tendo como referência um padrão eurocêntrico de dominação. Somos invadidas no decorrer de nossa história de construção imagética de imagens que nos retratam como serviçais, escravas ou como objetos sexuais. São imagens que não são compreendidas nem como resultado do racismo, mas naturalizadas como referência de nossa inferioridade. São imagens que fazem parte de nossa história, mas que não são as únicas expressões do que fomos ou somos. Ao reiterar essas imagens, sedimenta a construção no acervo coletivo de na hierarquia social e nos mantém como inferiores.

A quem interessa imagens de mulheres negras hipersexualidades, ou tão somente como amas de leite? Na construção de acervo visual coletivo quando se pensa a mulher negra, quais imagens se constroem ou foram construídas? Qual a impacto visual da Marcha de Mulheres Negras em Copacabana? Como o movimento de mulheres negras em marcha contribui para a educação visual? Ao marchar, mulheres negras reivindicam e contribuem para a reconstrução de um protagonismo visual. Conferir protagonismo visual às nossas heranças ancestrais é dar voz às nossas narrativas. A história única contada reprimindo a voz, para que a história única feminina fosse contada e virasse verdade na partilha social. Mulheres negras herdeiras de uma herança ancestral no Brasil tiveram sua história invisibilizada pela história única do feminismo. Dar visibilidade às nossas histórias é conferir, sobretudo,

restituir humanidade às mulheres negras.

Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiças social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana (COLLINS, 2019). Essas imagens não somente inferiorizam mulheres negras, mas mantêm as opressões. São imagens socialmente construídas para que mulheres negras continuem subordinadas. Olhando para anos atrás, como manter submissas mulheres e manter a escravidão sem ferramentas que ideologicamente subjugasse e mascarasse relações sociais e consolidasse a subordinação?

As opressões interseccionais de raça e gênero em um grupo oprimido historicamente, mulheres negras no Brasil, possibilitou a construção de um pensamento social de combate à opressão, uma resistência, uma forma de sobreviver e se opor à injustiça social (COLLINS, 2019). A Marcha de Mulheres Negras em Copacabana apresenta, enquanto visualidade, o pertencimento a um lugar não colonial, um lugar que vem resistindo e desobedece à inexistência enquanto herança simbólica e material.

### 3 MARCHA DE MULHERES NEGRAS NAS REDES SOCIAIS

O atual cenário deflagrou no Brasil uma conjuntura de saúde, que sofre um processo de sucateamento, o que torna os serviços prestados caóticos para maioria da população que utiliza da saúde pública. A pandemia (Covid-19), só agravou esse processo. A VI Marcha de Mulheres Negras no Rio de Janeiro – Pela Saúde e Pela Vida foi virtual. A pandemia levou organizações e coletivos liderados por mulheres negras a estabelecerem estratégias e políticas de enfrentamento ao racismo, bem como de apoio comunitário e à população negra, situação já apontada pela Marcha contra o Racismo pelo Bem Viver de 2015, que reuniu 50 mil afro-brasileiras. A força de trabalho de enfrentamento à pandemia foi fortemente impactada, enfermeiras, agentes de saúde, a maioria de vive a sobrecarga de trabalho doméstico negro remunerado. Mulheres e meninas sofreram violência doméstica e sexual em decorrência do isolamento social. Sobre nós, mulheres negras, está a vulnerabilidade social e econômica. O Brasil se sustenta na pobreza e na desigualdade social, o racismo é estruturante e orienta as relações sociais. Seguir vivo é uma resistência.

Assim, refletir como as mulheres ressignificam o território e colocam a voz como extensão deste corpo em reivindicação, faz com que sua imagem passe a figurar nas redes sociais. Grupos e redes de apoio garantiram a sobrevivência. Cabe ao Estado criar mecanismos para diminuir a desigualdade social. O maior ato de desobediência civil é sobreviver.

Figura 11 – Cartaz da VII Marcha das Mulheres Negras do RJ



Fonte: FORUM ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS, 2021  
<https://www.facebook.com/femnegras/photos/4354430094582297>  
 Autora: Denise Gomis



### 3.1 A Pandemia de Covid -19 no Brasil

Era fevereiro de 2020 e sempre viajo nesta época do ano. Combinamos de fazer uma viagem curta, eu estava com receio que algo muito grave viria a acontecer no Brasil. As notícias sobre o Covid-19 já haviam chegado na Europa. Fui dirigindo e pensando que talvez fosse nossa última viagem. As informações eram inexatas, sabíamos que o vírus chegaria ao Brasil e se espalharia com facilidade, em decorrência da falta de condições sanitárias e econômicas da maioria da população e, sobretudo, da população negra. Parei em uma farmácia na beira da estrada e um atendente me falou que deveria me prevenir tomando vitamina C com Zinco. Sua voz estava longe pra mim, eu estava entre o medo e a necessidade de descanso e queria muito rever amigos. Havia uma série de vídeos no meu *WhatsApp*, enviados por amigos de fora do Brasil e eu já sabia que mudaria a rota do mundo para sempre.

Em 3 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria 118, de 19 de maio de 2020<sup>3</sup>, o atual governo, do presidente Jair Bolsonaro, decreta **estado de emergência**. Além da declaração do estado de emergência em saúde pública, o texto da portaria estabelece o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência nacional e indica as suas competências. Não há em nenhum trecho dessa portaria qualquer referência ao cancelamento de eventos públicos ou privados em território nacional. O carnaval chegou em 25 de fevereiro e não havia notificação de mortes no Brasil. No mesmo dia da publicação do Decreto, o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (janeiro de 2019 a abril de 2020) esclareceu à imprensa que o estado de emergência – em geral ativado quando são confirmados casos transmitidos em solo nacional – havia sido declarado para viabilizar a repatriação de brasileiros que estavam na cidade chinesa de Wuhan, onde o coronavírus foi detectado no mês de dezembro de 2019.

Com 20 dias desde o primeiro óbito, 32% das mortes entre pessoas negras indicam que o isolamento social não retardou a chegada do coronavírus nas periferias. Como esperávamos, a epidemia começou com uma elite, majoritariamente branca, mas que tem sua cozinheira, sua faxineira, seus cuidadores, majoritariamente negros (Luis Eduardo Batista, pesquisador do Instituto da Saúde da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e membro do grupo de trabalho de racismo e saúde da ABRASCO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA)).

*A pandemia atingiu inicialmente uma população com condições muito favoráveis e foi dura mesmo neste grupo de pessoas brancas, ricas e com amplo acesso à saúde. É assustador pensar nos seus efeitos sobre a população negra, que tem péssimas condições de vida e comorbidades associadas.* (Lúcia Xavier, Assistente Social, Coordenadora ONG Criolla)

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-118-de-29-de-maio-de-2020-259413573>

As comorbidade – tuberculose, hipertensão, diabetes e doenças renais crônicas estão ligadas diretamente às questões sociais agravadas pelas desigualdades raciais, são agravantes no Brasil, para o desenvolvimento do quadro mais grave da Covid-19.

A atuação do governo federal no contexto da pandemia da Covid-19, faz crescer o número de mortes e infectados. Mantendo uma política do negacionismo, impedindo que a sociedade conheça o que acontece na gestão do recurso público federal e deixando sem fiscalização o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A aposta em remédios que, a princípio, não tinham comprovação científica da eficácia no combate ao coronavírus, como a cloroquina e que, depois, tiveram a ineficácia comprovada, tornou-se um dos principais eixos do governo federal – que insistiu que a estratégia fosse encampada pelo Ministério da Saúde, o que causou algumas dissidências. O presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, declarou na CPI da Covid que, em uma reunião com ministros, chegou-se a propor a mudança da bula da cloroquina, a fim de torná-la indicada para o tratamento da Covid-19. A distribuição de medicações ineficazes, além de ter ocupado lugar nos 5 recursos financeiros que deveriam ter sido destinados a compras de vacinas, colocaram a população em risco. Diversos casos de hepatite medicamentosa causada pelo consumo do “kit covid” foram relatados por médicos e especialistas (OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2021, p. 4).

No Brasil não houve uma estratégia de combate a disseminação do vírus e controle dos infectados. Em instituições fechadas (asilos, prisões, unidades de cumprimento de medida socioeducativa e de medidas de segurança) as estratégias de rastreamento do vírus e de testagem em massa são ainda mais necessárias, pois nestes lugares a disseminação do vírus é ainda mais rápida e letal. O Governo Federal, porém, ignorou os riscos em não adquirir testes em quantidade e qualidade suficientes sequer para estes grupos.

Enquanto o país bateu o recorde de mortes, em fevereiro e março deste ano, apenas metade dos leitos federais de UTI estavam ativados. O repasse de verba para os Estados foi cortado, o que deixou mais de 6 mil leitos ociosos e, no total, 13 mil leitos foram desabilitados pelo Governo Federal no país, ou seja, perderam a vinculação com o Ministério da Saúde para recebimento de repasses. O Governo Federal não coordenou a compra e distribuição de respiradores para os estados e municípios. Os estados pagaram valores variáveis, que chegaram a mais de 200 mil por equipamento, em licitações locais. Além disso, barreiras alfandegárias criadas pelo próprio Governo Federal dificultaram ainda mais a atuação das unidades federativas na aquisição de insumos e equipamentos para tratamento de pacientes com Covid-19. Conforme o Observatório Direitos Humanos Crise e Covid-19 relatou no informe sobre serviços públicos durante a pandemia, em abril de 2020, o estado do Maranhão teve que elaborar uma agressiva estratégia de diplomacia comercial para adquirir respiradores na China e evitar o colapso de saúde no estado, uma vez que não havia política federal para apoiar a compra dos equipamentos (OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2021, p. 9).

Não houve investimento em campanhas de informação, em março de 2020, a tomada de decisão judicial foi no sentido de proibir que órgãos oficiais veiculassem informações sem

base científica. O Governo Federal alimentou a dicotomia entre saúde e economia, estimulando a exposição das pessoas. Não houve uma ação coordenada pelo Ministério da Saúde para distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como máscaras e álcool gel para a população em geral. Em julho de 2020, o Presidente da República vetou projeto de lei que obrigava o uso de máscaras em órgãos e entidades públicas e em estabelecimentos comerciais, industriais, templos religiosos, instituições de ensino e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas. Na ocasião, também foram vetados dispositivos que obrigavam o Poder Público a fornecer o material de proteção individual à população vulnerável economicamente, e que determinava a obrigação das empresas fornecerem máscaras a seus funcionários. Os referidos vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional em agosto de 2020.

Hospitais e cemitérios ficaram totalmente lotados em Manaus entre abril e maio de 2020. O Governo Federal teve especial influência sobre as decisões tomadas no Amazonas: o novo Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello (maio de 2020 a setembro de 2021), chegou a ir em várias unidades de saúde para recomendar o uso do “tratamento precoce”. Os estudos da Fiocruz Amazônia e da Universidade Federal do Amazonas apontaram que a sensação de segurança dada pelo tratamento comprovadamente ineficaz, somado à ausência do controle de circulação de pessoas, fez com que os casos se multiplicassem exponencialmente. Os investimentos foram direcionados à compra e distribuição de medicamentos como cloroquina e ivermectina em massa. O resultado dessa tendência tornou-se alarmante em janeiro de 2021, quando não havia oxigênio suficiente para tanta gente internada. A falta de oxigênio impactou no tratamento intensivo de pacientes graves com Covid-19 e outras comorbidades e chegou a afetar dezenas de bebês prematuros que respiravam com auxílio na incubadora. A crise, que podia ter sido evitada, comoveu o país e deixou uma marca trágica na história.

Àruka Juma, último ancião do povo Juma, foi tratado com o “tratamento precoce” defendido e disseminado pelo presidente e pelo então ministro da saúde, Pazuello. Ele era o último homem de seu povo e guardava as memórias sobre as formas tradicionais de vida, alimentação e comunicação dos Juma. Aruká faleceu de Covid-19 em fevereiro deste ano. Sua morte tornou-se uma simbólica representação do sistemático ataque que os indígenas estão sofrendo pelo Governo Federal: sem proteções legais das terras, tendo que lutar contra os grileiros invasores das terras, os povos tradicionais estão submetidos, ainda, à gestão anti científica de um presidente negacionista que os colocou em situação de extremo risco na crise sanitária (OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2021, p. 11).

Em março de 2020, o Governo Federal retirou o Programa Bolsa Família (2003-2021) de 158 mil famílias, sendo mais de 60% do Nordeste do país. O número de beneficiários tornou-se o menor desde 2017. Além disso, em 2021, a União, que já vinha reduzindo os

repasse para programas sociais, cortou R\$1,5 bilhões do programa habitacional que passou a chamar-se Minha Casa Verde e Amarela. O corte afetou principalmente as obras destinadas à “faixa 1”, formada pela parcela mais pobre da população. A gestão econômica do governo esteve, desde o início, empenhada em desmontes de direitos e as consequências disso já começam a ser verificadas em dados: pelo menos 19 milhões de brasileiros passaram fome no final de 2020 – período que coincide com a suspensão do auxílio emergencial – e mais da metade das famílias do país passaram por alguma insegurança alimentar (OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2021).

A quantidade de pessoas negras que morrem por Covid-19 no Brasil quintuplicou. De 11 a 26 de abril, mortes de pacientes negros confirmadas pelo Governo Federal foram de pouco mais de 180 para mais de 930. Além disso, a quantidade de brasileiros negros hospitalizados por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) causada por coronavírus aumentou para 5,5 vezes. Dados do Ministério da Saúde divulgados no dia 10 de abril de 2020, apontavam que pretos e pardos representavam 23,1% dos hospitalizados com SRAG, sendo ainda 32,8% das vítimas de Covid-19, uma morte a cada 3 hospitalizados, enquanto entre brancos, há uma morte a cada 4,4 hospitalizações. Nas comunidades quilombolas, contabilizando 121 mortos e 128 casos confirmados, de acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Segundo a entidade, os dados revelam uma alta taxa de letalidade da Covid-19 entre os quilombolas e uma grande subnotificação de casos. Situações de dificuldades no acesso a exames e de negação de exames a pessoas com sintomas têm sido relatadas pelas pessoas dos quilombos.

Constantes são as violações de direitos e o país ultrapassou a marca de 500 mil vidas perdidas. Não podemos nos esquecer que essas mortes poderiam ter sido evitadas. O Presidente e seus aliados sempre deixaram claro que o objetivo maior é o extermínio da população brasileira, principalmente dos grupos vulnerabilizados, como a população negra, indígena e quilombola. Simultaneamente, estamos vivenciando o sucateamento das instituições públicas e o colapso na saúde, na educação e em setores voltados para pesquisa. O Brasil está desfalecendo e o povo brasileiro anseia por mudanças.

### **3.2 Mulheres negras, as mais afetadas na Pandemia**

O Brasil é diverso e desigual. Apresenta um entrelaçamento entre a desigualdade econômica e diversidade cultural no curso da história que aparece mais explícita se consideramos as questões de raça, gênero, idade e orientação sexual. Em momentos de crise,

as desigualdades estruturais históricas destacam-se ainda mais e afetam segmentos sociais e étnico-raciais que constroem as suas vidas em meio a injustiças e violências. Os números ajudam a demonstrar o imenso abismo de diferenças entre a população negra e a branca.

Atualmente, os **negros representam 55,8% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho**. Segundo o informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pretos e pardos são maioria entre trabalhadores desocupados (64,2%) ou subutilizados (66,1%). A informalidade também atinge mais esse contingente. Enquanto 34,6% de pessoas brancas encontram-se em condições informais de trabalho, a informalidade atinge 47,3% de pretos e pardos. Esse cenário tem reflexos nos rendimentos mensais. Os negros representam 75,2% da parcela da população com os menores ganhos e apenas 27,7% dos 10% da população que tem os maiores rendimentos registrados pelo IBGE. Ao considerar o gênero na análise, as mulheres pretas ou pardas recebem, em média, apenas 44% dos rendimentos dos homens brancos. Já os homens negros ganham 56,1% dos rendimentos de um homem branco.

Os dados ainda mostram que em relação ao acesso à *Internet* por pessoas entre 15 e 29 anos, 92,5% são brancos e 84,3% negros. A proporção sobre o uso do microcomputador para acessar a rede mundial, é de 61,6% entre brancos e 39,6% entre pretos e pardos. A estes números, soma-se o fato de que os negros são menos representados na mídia; têm baixíssima representação política no Congresso Nacional e nos lugares de poder e decisão; e ainda pagam proporcionalmente mais impostos, principalmente as mulheres negras (INESC, 2020, p. 136).

A pandemia do Novo Coronavírus e a crise sanitária arregaçou a chaga do racismo e desigualdade no Brasil e no mundo. No Brasil, o mito da democracia racial é invisibilizada e desconsiderada pelo governo. As organizações do Movimento Negro têm realizado várias denúncias quanto ao silenciamento do Estado, dos órgãos de saúde sobre os efeitos da pandemia na população negra e orientam a comunidade negra a compreender direitos em tempos de crise sanitária. Entidades representativas do movimento negro e de periferias do Brasil, que compõem a Coalizão Negra por Direitos enviou ofício ao ex Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pedindo informações sobre os dados de raça, etnia, gênero e território de pessoas infectadas pela Covid-19 e mortas em decorrência deste vírus. Essa ação resultou nos primeiros dados oficiais com recorte de raça, mas que não estão sendo atualizadas (GOMES, 2020).

Negros e negras são parte de um grupo dos mais vulneráveis e devido às suas condições materiais de existência, o acesso a políticas públicas se faz mais que necessário, a fim de minimizar os impactos do estado de calamidade pública. Trata-se de um grupo com

mais dificuldades de acesso às políticas de emprego, saneamento básico, moradia, compra de produtos de higienização, alimentação saudável o que é uma condição que se perpetua há anos e que neste momento se torna fecunda à propagação do vírus.

As mulheres negras são a maioria dentre a categoria profissional das domésticas, cabeleireiras, manicures, cuidadoras de idosos, babás, faxineiras e das pessoas que atuam no trabalho informal. O Auxílio Emergencial é uma política necessária para todos e todas diretamente afetados pela Covid-19, e sobretudo para as mulheres negras.

*O Auxílio Emergencial precisa chegar prioritariamente às mãos de catadoras de lixo e cooperativas de reciclagem, trabalhadoras do sexo/prostitutas, mulheres trans, mulheres que vivenciam o cárcere e seus familiares, mulheres cumprindo prisão domiciliar, produtoras rurais, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, yalorixás, diaristas, cuidadoras, entregadoras, ambulantes, mulheres em situação de rua, migrantes, pessoas descapacitadas por estado de saúde, empregadas domésticas sem remuneração, artesãs junto com todos os outros grupos que serão beneficiados agora. E entre essas pessoas estão as mais pobres e, não por acaso, as pessoas negras. Hierarquizar o acesso à assistência emergencial é o mesmo que escolher quem morrerá primeiro, quer seja pelo impacto causado pela pandemia ou pela falta de água potável, comida e remédios. (CRIOLA, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, vem a público manifestar-se sobre a lentidão na execução das ações de proteção social, prevenção e cuidado com as mulheres negras frente à pandemia do Coronavírus – (COVID-19 em 09/04/2020)*

Parece ser impossível não enxergar a cor da pandemia do Novo Coronavírus. Mas a invisibilização racial provocada pelo racismo estrutural e pelo mito da democracia racial, juntamente com o egoísmo das elites econômicas e políticas, além da lógica privada do capitalismo aguçam ainda mais a naturalização da desigualdade racial e socioeconômica em tempos de Covid-19. O Estado, que pratica a necropolítica e a sociedade não se importam com essas vidas.

Em linhas gerais, pensamos nas consequências desse cenário mundial e como impacta na vida das mulheres negras, em sua resistência contra o vigente racismo estrutural, a violência e o bem viver.

### 3.3 Das Ruas para as Redes

A Marcha de Mulheres Negras é uma manifestação de força, de disputa, de levantar o debate acerca de pautas de violência e suas mais diversas expressões, da saúde, do desemprego, das moradias, da mobilidade segura do corpo negro pela cidade, da produção de cultura da periferia, do assédio, das que são caras à maioria da população negra do Rio de Janeiro, a Marcha de Mulheres Negras na rua altera a dinâmica do jogo político institucional

reafirmando o fluxo de visibilidade necessária na construção crítica, educando visualmente e se manifestando contra um projeto racista, genocida em todas as esferas do atual governo.

Lutar contra a crise do Novo Coronavírus, numa perspectiva antirracista, é lutar contra o racismo, o cinismo social, o capitalismo, o neoliberalismo e a necropolítica. É afirmar de forma contundente que exigimos a volta da normalidade democrática e do Estado Democrático e de Direito. O Movimento Negro, nesse momento de crise, tem atuado na denúncia do racismo e da desigualdade racial em tempos de pandemia. E as populações das vilas, favelas e periferias têm se organizado por meio de trabalhos comunitários e solidários. Uma outra parcela da população tem atuado nas ações de voluntariado para ajudar a população sofrida em tempos de Covid-19, já que o Governo Federal não cumpre devidamente o seu papel, os governos estaduais e municipais contam com poucos recursos e aqueles que se colocam a favor das medidas de isolamento social sofrem boicotes tanto do Governo Federal quanto das elites empresariais e dos setores conservadores.

Os tempos de retrocessos democráticos instaurados desde o golpe parlamentar de 2016, que resultou no *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff (2011-2016), são marcados por fatos aterrorizantes que vão desde a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, da Reforma da Previdência, ataques aos direitos conquistados pelas trabalhadoras e trabalhadores desde os anos 1930 do Século XX, passando pelo ataque às universidades até o total descaso diante do aumento da pobreza e da volta do Brasil ao Mapa da Fome.

A VI Marcha de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro, em 2019 devido à pandemia de Covid-19 foi realizada virtualmente. A cada etapa da história um desafio de resistência e a Marcha se realizar virtualmente é mais um momento dessa história de superação ao racismo.

O acesso negado ou dificultado aos serviços é acirrado para as mulheres negras. Diante de uma pandemia e com políticas de saúde fragilizadas guiadas por um governo que limita as ações de saúde e o desemprego crescente agravado pelas condições de saúde pública, estar *on line* para um ativismo que coloca-se nas redes de *Facebook* e *Instagram* foi um desafio. O impacto da pandemia na maioria da população negra foi avassalador. No Brasil, a maioria da população negra vive a informalidade como ocupação sem garantias trabalhistas, previdenciárias, apesar de desmontes sobre a roupagem de reforma trabalhista-previdenciária, empregadas domésticas e empregos de aplicativos onde os trabalhadores ficam sem nenhum seguro ou direito, vivenciando somente exposição e exploração.

Mulheres Negras organizadas em vilas, favelas e em periferias tem atuado na denúncia do racismo e da desigualdade racial em tempos de pandemia. O Governo Federal não cumpre

seu papel de forma a amparar as parcelas mais vulneráveis da população, milhares de pessoas morrendo e estando em uma situação de pobreza mais acirrada, as discussões sobre raça e o impacto dela na população negra não foi considerada uma questão de saúde, conseqüentemente, não foi uma questão de Estado. Não houve uma condução ou uma ação do Ministério da Saúde em parceria com as e demais secretarias do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos para o enfrentamento a pandemia.

Na atual realidade política no Brasil, os enfrentamentos duros que a população negra está vivenciando, os movimentos sociais de mulheres negras, em específico, abraçam o compromisso de forma mais contundente à ação que vise dar respostas que significam, neste contexto, a sobrevivência. Mulheres Negras em Marcha têm qualificado a atuação humanitária em um contexto de profunda crise. A Marcha virtual aponta para a construção de uma nova narrativa, apesar dos desafios impostos pelas condições materiais da maioria das mulheres negras brasileiras. Apontam na construção de narrativas que influenciem a consciência popular e promovam novas reflexões e novos projetos sociais.



#### 4 RECONTANDO A HISTÓRIA VISUAL DE MULHERES NEGRAS

Tendo em vista a dimensão ideológica das imagens, para estas reflexões busco me referenciar em pesquisadores que apresentam uma proposta metodológica e epistemológica para se pensar imagens. Na tentativa de entender melhor as histórias e as possíveis narrativas com as quais estou lidando, apresento algumas categorias de autoras e perguntas que têm balizado e orientado minha pesquisa, em especial, a dominação e supremacia branca

Tenho me perguntado em que medida raça/cor, gênero e moradia são categorias fundantes e como as opressões de raça atingem a base da pirâmide. Como essas categorias imperam em determinados contextos? Como tais categorias são mobilizadas em contextos específicos de produção de diferenças? E como o pensamento feminista negro soube confrontar e propor novos saberes diante das formas de opressão? Tais aportes teóricos são importantes pra se entender as reflexões aqui provocadas.

Os estudos feministas e seus movimentos constituem um importante marco nas produções acadêmicas e políticas da contemporaneidade. Os estudos acerca das relações raciais também emergiram nesse contexto. Essas movimentações motivaram direcionamentos que influenciaram teorias e ações políticas no mundo Ocidental. Amparada nessas reflexões, o trabalho tem por objetivo discutir alguns direcionamentos teóricos em torno dos conceitos de gênero, raça, território e “controle da imagem” (COLLINS, 2019), bem como elementos de marcação/intersecção das identidades na contemporaneidade. Procurarei traçar reflexões sobre como o movimento social de mulheres negras e suas representações imagéticas, ao marchar, contribuem para a construção e ressignificação do espaço urbano da praia de Copacabana.

Em todas as vezes em Marcha, uma pergunta insiste em me fazer parar e olhar a marcha e realizar alguns disparos que me respondam que mecanismos me fazem entender se aqui na marcha não há a regulação de quem somos coletivamente. A inquietação contemporânea de múltiplas construções identitárias, transformações nos processos de sociabilidade, individualismo, novas formas de solidariedade, novos movimentos sociais, tudo isso se soma em marcha. Analisar os movimentos sociais é complexo, porque os elementos simbólicos e materiais que emergem são de várias e diversas camadas. Ao procurar fazê-lo, sobretudo tendo em vista que a participação política se articula com a vida pública e com a vida privada. Porém na vida pública é o Estado quem fundamenta os termos públicos da política nacional, expressão e mobilização. Em se tratando especificamente de mulheres negras, este sujeito político contribui para ampliar a noção de cidadania posta. A marcha

propõe um reordenamento não somente ao reivindicar uma mudança nos aparelhos estatais, mas um reordenamento visual coletivo da vida pública.

A cada Marcha, desde 2015, vejo uma inflexão visual na cidade, revisito memórias coletivas e alimento meu acervo coletivo que restabelece conexões múltiplas. Consigo visitar imagens históricas plantadas e ressignificar na contemporaneidade, novos aspectos da formação da sociedade brasileira. De que maneira pode a fotografia ser uma encruzilhada do olhar da fala e da escuta? Há talvez a possibilidade de uma outra ordem em curso, na rua, nos muros, nos terreiros, nas redes sociais e em tantos outros lugares a que chegamos. As visualidades produzidas nas Marchas de Mulheres Negras é uma forma de compreender a relação entre imagem, política, estética, gênero, raça, classe e identidade.

#### 4.1 As imagens da Marcha no espaço público

Ao marchar, mulheres negras em Copacabana constroem uma contraposição à paisagem com imagens de famílias em lazer garantido, violência controlada, “tatuagens de corpo aberto no espaço”, muitos mundos em um território e a gente em marcha por uma outra ordem social que ainda não chegou para a maioria das mulheres negras no Brasil.

A forma como construímos nosso acervo coletivo é muito complexo, vem marcado pelo eurocentrismo colonial que, como projeto, nos trouxe a escravidão como uma cultura visual dentro de um modelo de aquisição e submissão europeu. Mulheres negras em marcha é uma construção contemporânea de construção de outros sujeitos. Invocamos nossa humanidade historicamente suprimida pela dor da violência sem precedentes da escravidão. Recontamos nossa história visual em imagens de afeto e luta.

Collins (2002, p. 4-5) enumera três dimensões interdependentes que pesam na opressão sobre mulheres negras:

- 1) a exploração do trabalho das mulheres negras e os altos níveis de pobreza; 2) a subordinação política às quais mulheres negras têm sido submetidas e 3) o controle de imagens das identidades de mulheres negras desde o período escravocrata. É um conjunto que atua para que a intelectualidade de mulheres negras seja suprimida e, ao mesmo tempo, protege os interesses e as visões de mundo dos homens brancos de elite.

Gonzales (1984, p. 204), também sinaliza o controle de imagens ao destacar as três imagens que são estruturalmente associados às mulheres negras desde o começo da escravidão no Brasil:

- 1) Mulata; 2) Doméstica/Mucama e 3) Mãe Preta e que, junto com os homens negros, foram desumanizadas por todos esses séculos de racismo estrutural no Brasil. Merece negrito a simultaneidade com a qual os papéis são/eram

desempenhados: Mucama e Mãe Preta poderiam ser tarefas da mesma mulher; Mulata e Mucama idem. Ou seja, nem no período escravocrata as opressões se davam por hierarquia.

Para Mirzoeff (2016), a visualidade é uma narrativa para representar e regular o real, é a forma que produzimos a representação do real. Assim, produzir visualidade é tornar os processos de construção histórica visual perceptível. Ao organizar a Marcha de Mulheres Negras, cria-se estratégias para que seja visualmente potente. As mulheres negras fazem cartazes, escolhem roupas, turbantes, pintam os corpos e assim se inicia a construção da visualidade da Marcha.

O protesto, a construção da Marcha com a finalidade de chamar à reflexão os indivíduos na rua e as mídias sociais para as condições em que vivem pessoas negras na cidade do Rio de Janeiro, a visualidade é construída. Para Butler (2018, p. 106), “as cenas das ruas se tornam politicamente potentes apenas – e se – temos uma versão visual e audível da cena comunicada”. Algumas imagens irão ao encontro dos nossos sentidos e acervos éticos e estéticos e nos convocarão a ter reflexões sobre a diversidade de realidades.

Na cidade do Rio de Janeiro, assim como em todas as cidades, existem lugares onde as relações de poder se inscrevem e são escolhidas nas manifestações. O espaço público é o lugar da visibilidade e das disputas narrativas sociais historicamente construídas. Ao marchar em Copacabana, Mulheres Negras reconfiguram o espaço público transformando em espaço histórico, a partir de uma ação coletiva, exercendo o direito de aparecer.

*A Marcha de Mulheres Negras se fosse no Parque Madureira, por exemplo, não teria o mesmo alcance na mídia. (Entrevistada)*

A Marcha de Mulheres Negras se inicia em Copacabana Posto 6 e termina no Leme.

#### 4.2 **Imagens de Resistência**

As imagens em Marcha é reconhecimento de resistência, é a presença negra, africana e indígena que foi negada ou esquecida. Nosso corpo não está tenso, preso, fixo, detido, aprisionado, mas livre. As imagens nos coloca várias camadas, somos muitas e diversas. As direções possíveis são inúmeras no tensionamento entre o que é reivindicado em marcha e as disposições do cotidiano do território.

Imagens de protesto são uma forma de agregar outras reflexões na cidade, expressam visualmente uma vontade política e agregam outros signos ao cotidiano rotineiro imagético da cidade. Há uma relação entre as imagens, as identidades política e estética. A marcha como

um movimento social de mulheres negras em protesto, é uma forma visível de pautar e atrair atenção, gerar opinião e educar. A identidade étnico-racial, compreendida não somente como mobilização social, mas também como mediação nas reivindicações políticas, ainda que se mobilize culturalmente em movimentos artísticos, literários e religiosos, é um movimento político de mobilização racial. É um importante ator político educador.

O movimento negro é, portanto, um ator coletivo e político constituído por um conjunto variado de grupos e entidades políticas (e também culturais) distribuídos nas cinco regiões do país. Vive ambiguidades, vive disputas internas e também constrói consensos, tais como: o resgate de um herói negro, a saber, Zumbi dos Palmares; a fixação de uma data nacional, 20 de novembro; a necessidade de criminalização do racismo, o Art. 5º, inciso XLII da Constituição Federal de 1988, e o papel da escola como instrumento de reprodução do racismo (GOMES, 20017, p. 27).

A visualidade e estética da Marcha de Mulheres Negras no cenário da vida pública da cidade apresenta elementos que possibilitam reflexões no espaço público acerca das questões sociais que afetam as mulheres negras sobre diferentes camadas. A fotografia além de ser uma das metodologias de pesquisa é também uma forma de participação em protesto.

Figura 12 (a, b, c, d) – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019

(a)



(b)



(c)



(d)



Fonte: A autora, 2021.

Figura 13 (a, b, c, d) – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2016 e 2018

(a)



(b)



(c)



(d)



Fonte: A autora, 2021.

Figura 14 (a, b) – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019

(a)



(b)





Fonte: A autora, 2021.

Mulheres negras no curso da história sempre estiveram na linha de frente na luta contra o racismo e na afirmação da cultura negra. Vários coletivos e representações culturais, participam da marcha. A marcha agrega várias bandeiras de luta das mulheres negras e de todo povo negro. Marielle Franco, mulher negra, mãe, LGBTQI+, moradora de favela e militante de esquerda que se colocava contra a violência policial, que assassinam cotidianamente o povo negro.

A Marcha é também grito da dor da precarização enfrentada por mulheres negras brasileiras, o que se acirra em cada marcha, e em cada ano, aumentando mais ainda os níveis de exploração, sobretudo de mulheres negras. A marcha de mulheres negras agrega algumas das camadas de opressões e são também representadas pelos diversos coletivos religiosos. Destacando assim, o papel agregado das mulheres em marcha.

Figura 15 – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019



Fonte: A autora, 2021.

Figura 16 – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019



Fonte: A autora, 2021.

“Mulheres negras resistem: movimento por direitos, contra o racismo, o sexismo e outras formas de violência”, reivindicaram seus direitos e denunciaram o racismo, o machismo e outras formas de violência.

Figura 17 (a, b) – Mulheres Negras em Marcha na Avenida Atlântica – Marcha de Mulheres Negras, Copacabana, 2019

(a)



(b)



Fonte: Fernando Frazão/Agência Brasil.

Com uma taxa de 4,8 assassinatos em 100 mil mulheres, o Brasil está entre os países com maior índice de homicídios femininos: ocupa a quinta posição em um ranking de 83 nações, segundo dados do Mapa da Violência 2015 (CEBELA/FLACSO, 2015).

A realidade pode ser ainda pior do que o cenário expresso pelos números de assassinatos de mulheres levantados. Por falta de um tipo penal específico até pouco tempo, ou de protocolos que obriguem a clara designação do assassinato de uma mulher neste contexto discriminatório em grande parte da rede de Saúde ou da Segurança Pública, o feminicídio ainda conta com poucas estatísticas que apontem sua real dimensão no País.

O Mapa da Violência 2015 (CEBELA/FLACSO, 2015) é uma referência sobre o tema e revelou que, entre 1980 e 2013, 106.093 brasileiras foram vítimas de assassinato. Somente em 2013, foram 4.762 assassinatos de mulheres registrados no Brasil – ou seja, aproximadamente 13 homicídios femininos diários. Além de grave, esse número vem aumentando – de 2003 a 2013, o número de vítimas do sexo feminino cresceu de 3.937 para 4.762, ou seja, mais de 21% na década. Em 2020, os seis primeiros meses, houve um aumento no número de mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil, 1.890 mulheres foram mortas de forma violenta, boa parte em plena pandemia do Novo Coronavírus – um aumento de 2% em relação ao mesmo período de 2019. Segundo o levantamento, 631 desses crimes foram de ódio motivados pela condição de gênero.

No Brasil, cada estado tem sua forma de coletar, sistematizar e divulgar os dados relacionados à segurança pública.

Os dados mostram que houve um aumento no feminicídio em 2020, comparado aos seis primeiros meses do ano passado. Eles também mostram que há uma reprodução nas formas de desigualdades que já acometem a vida das mulheres, 73% das vítimas de homicídio são mulheres negras, afirmou a pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP, 2021).

A violência não atinge todas as mulheres da mesma forma. O Atlas da Violência – que utiliza informações da saúde e não da segurança pública, indica que em 2018, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,8 por 100 mil habitantes, entre as mulheres negras esse índice foi de 5,2 – número quase duas vezes maior.

#### **4.3 Imagens Reconfiguram o Acervo Visual Coletivo**

As relações de poder nem sempre são visíveis, sobretudo, as relações que envolvem raça, classe e gênero que não se manifestam de forma distinta, mas se excluem entre si. As imagens construídas historicamente de forma pública no acervo coletivo é também uma forma

de opressão e dominação ideológica. Em uma sociedade, com um sistema de construção social, que tem suas bases no colonialismo europeu sobre povos originários, e sobre povos que foram escravizados, a imagem construída e veiculada serve a manutenção do poder sobre a classe e raça.

As imagens são construções e, ao fotografar as Marchas, há um processo de reconfigurar uma construção imagética estabelecida em Brasília, 2015, onde se iniciou a pesquisa, com a Primeira Marcha de Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, o exercício de cura através das imagens ali postas. A etnografia de cura que reconfigura o acervo coletivo das mulheres em Marcha e minha como fotografa negra pesquisadora. As imagens falam de um lugar construído ancestralmente de um lugar que se materializa de forma ampla desde os encontros descentralizados, nas feitura dos cartazes, nos afetos compartilhados, no empoderamento de cada mulher que em um crescente, vem se fortalecendo em cada marcha.

As imagens não são mera transcrição visual, mas uma elaboração interpretativa dessa realidade, que emerge de uma relação entre eu e as relações que foram estabelecidas do que representa ser mulher negra no Brasil. A exclusão histórica significa que as imagens estereotipadas das mulheres negras ainda permeiam as culturas populares e as políticas públicas (COLLINS, 2019).

**Ao Marchar mulheres negras trazem símbolos que as representam e não uma ideiam grotesca e construída de modo a oprimir, controlar retirando dela sua capacidade a sua humanização.** Em uma breve, chuva de imagens do tempo através da história e podemos observar o quanto as imagens reconfiguram o acervo de imagens cotidianas que recebemos de mulheres e homes negros desde 1978. Com a Fundação do MNU, em 1988; com a Marcha da Farsa da Abolição (2003), com a criação da SEPPIR (2013), surge o movimento **#Blacklivesmatter2021 #ForaBolsonaro.**

Figura 18 – Lélia Gonzales, Benedita da Silva e Abdias Nascimento na marcha “Zumbi está vivo”, realizada no Rio de Janeiro em 1983. A Foto faz parte do acervo de Januário Garcia, que está sendo preservado. JANUÁRIO GARCIA



Fonte: Foto extraída do Jornal *El Pais*, 23/07/2021.

Os movimentos negros, na história do Brasil, em especial do Século XX, foram fundamentais no cenário brasileiro e importantes para conquistas nas políticas públicas. A constituição introduziu o racismo como crime inafiançável e imprescritível, nos termos da lei, sujeito à pena de reclusão. A prática do racismo foi criminalizada, no entanto, a questão racial, até os dias de hoje, necessita ser cumprida na forma da lei.

Outra conquista da militância, foi a oficialização do dia 20 de novembro, como o Dia da Consciência Negra, no ano de 2003. Essa data marca o dia de morte de Zumbi – uma das grandes lideranças quilombolas do Século XVII, falecido em 1695. Em 1988, como parte dos protestos, ativistas organizaram, também, a Marcha Negra. Nesta, Lélia Gonzalez fez um discurso emocionado, resgatando a memória de Zumbi e sua luta heroica contra a escravidão.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), do qual Lélia era uma das conselheiras, marcou presença no centenário da abolição. Sob a coordenação de Sueli Carneiro, o CNDM criou o Programa da Mulher Negra que, em parceria com a Comissão de Mulheres Negras do CECF/SP e a Comissão da Mulher Advogada da OAB/SP realizou o Tribunal Winnie Mandela, uma espécie de júri simulado formado por expoentes da sociedade civil para julgar e condenar a discriminação contra as mulheres negras.

Nesse cenário efervescente, feministas negras como Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Rosália Lemos, dentre outras, promoveram o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, na cidade de Valença, no Rio de Janeiro. Foi um salto importante na institucionalização do movimento de mulheres negras, as quais, nas fronteiras do racismo e do sexismo, redimensionaram suas agendas políticas. Esse processo não ocorreu sem críticas, tanto externas quanto internas, que as acusavam de “olharem para o próprio umbigo”. No entanto, elas conseguiram mostrar que essa sedimentação era um caminho possível, e necessário, para trazer à tona suas especificidades e não significava uma ruptura ideológica com outros movimentos de resistência social (Ação do Movimento Negro Unificado (MNU) – Zumbi está vivo – Ato público na Cinelândia. Rio de Janeiro, 1983).

Figura 19 (a, b, c) – Marcha no Centro do Rio de Janeiro, em 1988, contra a farsa da abolição

(a)



(b)



(c)



Fonte: Acervo Januário Garcia, 1988.



Figura 20 – Campanha *Black Lives Matter* (Vidas Pretas Importam)



Fonte: Flickr Johnny Silvercloud.

A campanha *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), surgiu nos EUA em 2013, após o assassinato de um estudante negro, Michael Brown. Brown, jovem negro de dezoito anos de idade, morreu após ser alvejado pelo oficial da polícia municipal, Darren Wilson, em 9 de agosto de 2014 na cidade de Ferguson, na periferia de St. Louis, Missouri, Estados Unidos. As manifestações apontavam o racismo como motivo do crime. Em 2020, o movimento voltou a ganhar força com a morte de George Floyd em abordagem policial, captada em vídeo e divulgada na rede mundial. Uma série de protestos nos Estados Unidos, apontava não apenas a violência policial contra pessoas negras, mas a estrutura que leva a esta violência.

Figura 21 (a, b, c, d, e, f, g) – Casa das Pretas – um espaço de encontros, acolhimento, de produção e prática de saberes específicos da vivência das Mulheres Negras

(a)



(b)



(c)



(d)



(e)



(f)



(g)



Fonte: A autora, 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Marchas nunca são iguais. Em cada Marcha que estive, me foi reservado uma narrativa totalmente diferente: um assombro que acolhi. Estar na Avenida Atlântica em Marcha é guardar um quilombo que se manifesta, é olhar para um mar de corpos negros e ver ali seu lugar de pertencimento. Esse assombro visual é a narrativa que fala de onde viemos e como queremos viver.

Marchar em Copacabana me remete a memórias que me são caras e que de alguma forma, são ressignificadas – parte de minha graduação passei indo para Copacabana fazer faxina com minha mãe, o que assegurava minha manutenção na Universidade. É um mergulho no tempo e junto à reinserção deste olhar no passado, trilha outros caminhos possíveis: me reconheço em cada uma das mulheres em marcha, assim como me reconheço nas mulheres negras que aplaudem de dentro dos prédios, algumas com uniformes, que há ali um grito por todas nós. O território zona sul da cidade do Rio de Janeiro, posto 6, não é território reservado à frequência igualitária de brasileiros, mas é vitrine para os outros estados destes 8 milhões de extensão territorial, e da mídia internacional. É ali que se dão as diversas manifestações. Marchar em Copacabana é pautar para o mundo que sim, há um genocídio de jovens negros no Brasil; sim, há precarização da mão de obra de mulheres negras; sim, foram as mulheres negras as mais impactadas por Covid-19. São vários os atravessamentos e olhares que construímos e se tornam uma avalanche em marcha.

As diferenças que nos atravessam em marcha são as que nos fortalecem. A marcha educa visualmente uma população que agrega, em sua maioria, acervos visuais de mulheres negras subalternizadas, despedaçadas de desesperança e pelas condições reais de modo de vida.

O corpo negro, sobretudo da mulher negra, no Brasil, ganha visibilidade no tensionamento “entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que o toma como erótico, exótico e violento” (GOMES, 2018, p. 94). Superar esse tensionamento é publicizar a questão racial, que quanto mais visível, falada e comentada no mundo público e privado, maior será a inserção da possibilidade real de políticas públicas de enfrentamento ao racismo.

O corpo negro sempre nos conta uma memória de uma história de resistência construída na denúncia. Desvalorizar o corpo negro é tornar a desigualdade racial naturalizada. As lutas sociais nos movimentos organizados contra o racismo é nossa história

de resistência.

Ao marcharem, mulheres negras deixam inscrito no acervo coletivo das pessoas em marcha e nas pessoas que veem que naquele espaço do tempo há o manifesto, há agenda de pauta preta, que não vão silenciar mulheres negras que há anos vêm acumulando estratégias de furar a bolha da dominação colonial. Um mar de corpos negros em Marcha é um *start* de esperança e de resistência que não nos calarão diante de violações históricas. Exigiremos reparações e iremos marchar até que todas as pautas que certifiquem que o nosso Bem Viver estejam asseguradas. Ao marchar, nosso acerto de imagens vão sendo ressignificados. A marcha de mulheres negras vai além do que este corte temporal descreve, reverbera em todas nós uma potência do que somos muito para além das cozinhas, das “*mamys*”, dos corpos violentados pela falta de políticas públicas que nos englobam. Não somos invisíveis, escrevemos nossa próprias imagens.

## **Carta para minha querida**

Mãe, do dia em que nasci em pleno carnaval até aqui muitas coisas passamos juntas. Sei que você sonhou uma imensidão de coisas pra mim, fui cuidada com tanto amor que me tornei alguém que você pode admirar. Nesta imensidão de vida que tivemos juntas, a mais feliz foi quando entrei na Universidade, vi estampado nos seus olhinhos a admiração. Senti que passou um filme diante dos seus olhos, desde seus sonhos não realizados às expectativas que você e meu pai fizeram para mim. Eu tive medo, nunca te disse, mas meu primeiro dia de aula foi o mais difícil, eu tinha 16 anos, e a Universidade parecia que iria me engolir. Você não estava por lá, mas eu senti suas palavras: “a gente enverga minha filha, mas não quebra”. Fui me acomodando devagar e o medo aumentou quando vi que havia somente eu de negra na turma. Me senti sozinha, com frio, com medo, mas suas palavras foram agarradas com força. A menina cresceu e foi caminhando devagar em direção aos seus sonhos.

A fotografia que se iniciou ainda menina cresceu e hoje estou aqui, escrevendo e pesquisando imagens. Continuo com aquele frio na barriga, você não está aqui pra me ver falando tudo isso, mas sei que se estivesse diria – minha filha vai dar tudo certo. Sempre teve um jeito manso de me fazer acreditar em meus sonhos e, sobretudo, sempre você me apoiou em tudo, nos amamos sem moderação e isso foi imenso em mim.

Sempre me disse para ser feliz e que eu poderia ser quem eu quisesse, que me tornaria uma pessoa feliz. Você viu força em mim, viu bondade em mim, viu inteligência em mim, mas eu queria te dizer que tudo isso foi reflexo de você em mim. Estaremos juntas sempre. Gratidão por ter trabalhado tanto para eu estudar e me tornar quem sou, você foi a melhor mãe que poderia ter. Sempre vou te amar e prometo que continuarei em Marcha por mim e por nós todas.

O apego não quer ir embora, sempre estará em mim mãe.

Sua Denise.



## **Manifesto Coalizão negra por direitos**

“É um momento histórico de unidade para derrubar Bolsonaro. Unidade para construir o futuro. A construção do futuro precisa passar por bases de políticas e pactos de defesa da vida. A defesa da vida, no Brasil, passa por defender aqueles que tiveram a sua vida violada historicamente. E nós sabemos, a pandemia atingiu mais a população negra. A pobreza, a miséria e a fome faz de alvo preferencial a população negra. A violência do Estado e da polícia tem como alvo a população negra. É preciso aproveitar esse momento de pacto para decidir se esse novo Brasil que vai sair das ruas, vai se assentar num novo pacto racial também. Porque o povo negro não pode continuar sendo o corpo estendido no chão. E a democracia não se completa porque o racismo histórico não permite. Nós aqui em unidade temos que pactuar entre nós, se esse Brasil que vai sair das ruas com o fora Bolsonaro, derrubando Bolsonaro hoje ou nas urnas, será o Brasil da democracia dos brancos ou vai ser o Brasil da democracia de todos! Essa é a nossa convocação! Nós, juntos, podemos construir um novo país. Mas precisa ser em outras bases e não naquelas construídas até hoje. Nós temos que encarnar valores das religiões de matriz africana, que trazem em nós, aquilo de mais bonito e poderoso da herança africana. Eu estou aqui com Baba Felipe e Baba Júlio Cesar, que representam a herança mais bonita da representação da diáspora negra. A esquerda Brasileira, o capo democrático, quem defende de verdade a democracia precisa olhar para o seguimento do povo que carrega e construiu com seu sangue e com seu suor esse país. O fora Bolsonaro sintetiza o basta ao genocídio. Mas não a qualquer genocídio. É o genocídio negro histórico que o movimento negro denuncia há mais de 50 anos, e que só agora tomou o espaço do debate público. Ou a gente pactua o que nós queremos pro futuro, incluindo o povo que sempre foi excluído dos processos, ou nós construiremos mais uma vez uma democracia de mentira. Eu cobro, eu reivindico esse pacto por uma nova sociabilidade a partir das ruas e do Fora Bolsonaro.

Vamos juntos construir Palmares!”

*Somos 49 milhões de mulheres negras, isto é, 25% da população brasileira. Vivenciamos a face mais perversa do racismo e do sexismo por sermos negras e mulheres. No decurso diário de nossas vidas, a forjada superioridade do componente racial branco, do patriarcado e do sexismo, que fundamenta e dinamiza um sistema de opressões que impõe, a cada mulher negra, a luta pela própria sobrevivência e de sua comunidade. Enfrentamos todas as injustiças e negações de nossa existência, enquanto reivindicamos inclusão a cada momento em que a nossa exclusão ganha novas formas.*

*Impõe-se na luta pela terra e pelos territórios quilombolas, de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade. A despeito da nossa contribuição, somos alvo de discriminações de toda ordem, as quais não nos permitem, por gerações e gerações de mulheres negras, desfrutarmos daquilo que produzimos.*

*Fomos e continuamos sendo a base para o desenvolvimento econômico e político do Brasil sem que a distribuição dos ativos do nosso trabalho seja revertida para o nosso próprio benefício. Consideramos que, mesmo diante de um quadro de mobilidade social pela via do consumo, percebido nos últimos anos, as estruturas de desigualdade de raça e de gênero mantêm-se por meio da concentração de poder racial, patriarcal e sexista, alijando a nós, mulheres negras, das possibilidades de desenvolvimento e disputa de espaços como deveria ser a máxima de uma sociedade justa, democrática e solidária.*

*Não aceitamos ser vistas como objeto de consumo e cobaias das indústrias de cosméticos, moda ou farmacêutica. Queremos o fim da ditadura da estética europeia branca e o respeito à diversidade cultural e estética negra. Nossa luta é por cidadania e a garantia de nossas vidas. Estamos em Marcha para exigir o fim do racismo em todos os seus modos de incidência, a exemplo da saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras estão relacionadas à dificuldade do acesso aos serviços de saúde, à baixa qualidade do atendimento recebido aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras.*

*Denunciamos as batalhas solitárias contra a drogadição e a criminalização do nosso povo e contra a eliminação de nossas filhas e filhos pelas forças policiais e pelo tráfico, há muito tempo! Denunciamos o encarceramento desregrado de nossos corpos, vez que representamos mais de 60% das mulheres que ocupam celas de prisões e penitenciárias deste país.*

*Ao travarmos batalhas solitárias por justiça num quadro de extrema violência racial, denunciamos a cruel violência doméstica que vem levando aos maus tratos e homicídios de mulheres negras, silenciados em dados oficiais. Lutamos pelo fim do racismo estrutural patriarcal que promove a inoperância do poder público e da sociedade sobre a exterminação da nossa população negra .*

*Estamos em marcha para reivindicamos o livre culto de nossas divindades de matriz africana sem perseguições, nem profanações e depredações de nossos templos sagrados.*

*Estamos em marcha contra a remoção racista das populações das localidades onde habitam. Lutamos por moradia digna; por cidades que não limitem nosso direito de ir e vir e contra a segregação racial do espaço urbano e rural; por transporte coletivo de qualidade; por condições de trabalho decente nas diferentes profissões que exercemos. Valorizamos nosso patrimônio imaterial em terreiros, escolas de samba, blocos afros, carimbó, literatura e todas as demais manifestações culturais, definidoras da nossa identidade negra.*

*Estamos em marcha porque somos a imensa maioria das que criam nossos filhos e filhas sozinhas, as chefes de famílias, com poucos recursos e o suor de nosso único e exclusivo trabalho.*

*Estamos em Marcha:*

*pelo fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;  
pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados;  
pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras;  
pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;  
pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções;  
pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;  
pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade;  
pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;  
pela nossa participação efetiva na vida pública.*

*Buscamos num processo de protagonismo político das mulheres negras, em que nossas pautas de reivindicação tenham a centralidade neste país. Nosso ponto de chegada e início de uma nova caminhada é 18 de novembro de 2015 dentre as atividades do Mês da Consciência Negra.*

*Conclamamos, a todas as mulheres negras, para que se juntem a esse processo organizativo, nos locais onde estiverem, e a se integrem nessa Marcha pela nossa cidadania.*

*Imbuídas da nossa força ancestral, da nossa liberdade de pensamento e ação política, levantamo-nos – nas cinco regiões deste país – para construir a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, para que o direito de vivermos livres de discriminações seja assegurado em todas as etapas de nossas vidas.*

*ESTAMOS EM MARCHA !*

*“UMA SOBE E PUXA A OUTRA!”*

*Brasil, 25 de Julho de 2014.*

*(Comitê Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver 2015)*

## REFERÊNCIAS

- ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **População Negra e Covid-19**. Organização Grupo Temático Racismo e Saúde da ABRASCO – Rio de Janeiro, RJ: ABRASCO, 2021. Disponível em: <E-book\_saude\_pop\_negra\_covid\_19\_VF.pdf (abrasco.org.br)>. Acesso em: 18 de nov. 2021.
- ABREU, Mauricio de Andrade. **A evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo, Sueli Carneiro: Polen, 2019.
- AKCOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGGUEL, Ramon (Orgs.). **Deocolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. Ed. (Coleção Cultura Negra e Identidade). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de Assembleia**. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1 ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2018.
- BRASIL. **Mulheres Negras contam sua História**. Brasília: Presidência da República, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade Brasileira – O papel do movimento feminista na luta anti-racista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares (no prelo).
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer al Feminismo: La situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género**. **NQF**. v. 24, n. 2, 2005.  
<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Portal Geledés. 2001. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 18 de nov. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma Vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- CAMPT, Tina. **Linstening to Images**. Duke University Press. Durham and London, 2017.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARMICHAEL, S.; HAMILTON, C. **Black power: the politics of liberation in America**. Nova Iorque: Vintage, 1967

CARNEIRO Sueli. **Racismo, Sexíssimo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CEBELA/FLACSO. Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. Disponível em: <<https://flacso.org.br/?p=13485>>. Acesso em 18 de nov. 2021.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário**. 2021. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/observatorio/observatorio-direitos-humanos/>>. Acesso em: 18 nov. de 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; SIRMA, Bilge. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COMITÊ IMPULSIONADOR DA MARCHA das Mulheres Negras 2015. **Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contr-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/> Acesso em: 18 nov. 2021.

CUNHÃ. O Carnaval Axé-Nkenda e a Marcha das Mulheres Negras 2015: uma reflexão desde a perspectiva feminista negra – Rosália de Oliveira Lemos, **Revista Gênero**, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESIGUALDADES ESPACIAIS. Blog. Desenvolvido por Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão. 2015. Disponível em: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com>. Acesso em: 18 nov. 2021.

DIDI-HUBERMAN, George. Levantes. **Catálogo de exposição**. São Paulo. SESC Pinheiros, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/sescpinheiros/docs/levantes\\_completo\\_issu](https://issuu.com/sescpinheiros/docs/levantes_completo_issu). Acesso em: 18 nov. 2021.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Claudia. **Mulheres em Movimento**, RJ: Aeroplan, 2004.

FORUM ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS. Capa. 23 jul. 2021 Facebook: Forum Estadual De Mulheres Negras/RJ. @femnegras. Disponível em: <https://www.facebook.com/femnegras/photos/a.1003631459662194/6091865964172026>. Acesso em: 18 nov. 2021

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Nanny. **Racismo e sexíssimo na cultura brasileira**. São Paulo, ANPOCS, 1983.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexíssimo na Cultura Brasileira**. São Paulo: ANPOCS, pp. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis International**. V. IX, Junho, 1988, pp. 133-141.

GONZALEZ, Lélia. Nanny. **Humanidades**, Brasília, UnB, V. IV, p. 23-25, 1988

GONZALEZ, Lélia. **Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/des(s)colonial na “ America Latina**. 1. ed. – Cidau Autônoma de Buenos Aires: CLASCO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu, tradução: Daniel Miranda e William Oliveira, Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio: Apicuri, 2016.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Arte Cultura Política e Universidade**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**. Brasil: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Olhares negros**. Raça e Representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher**. Mulheres Negras e Feminismo. Tradução Bhuvi Libânio. 1. Ed., Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. **Erguendo a Voz**. Pensar como feminista negra. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Brasília: IBGE, 2010.

INESC. **O Brasil com baixa imunidade** – Balanço do Orçamento Geral da União 2019. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília: Ipea, 2017.

KRAUSS, Rosalind. **O fotográfico**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, Rosália de Oliveira. **Do estatuto da igualdade racial à marcha de mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas**. 2016. 399 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica, Biopoder, soberania, estado de exceção, política de Morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIRADAS. **Organización de Estados Ibero-americanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) Instituto de Evaluación (IESME) de la OEI Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, España, 2015**.

MIRZOEFF, N. O direito a olhar. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 745–768, 2016. DOI: 10.20396/etd.v18i4.8646472. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MARTINS, José. S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória: O Reinado do Rosário no Jatobá**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Maza Edições, 1997.

MOREIRA, Nubia Regina. **A organização das Feministas Negras no Brasil**. 2. Ed., Rev. e atual. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Textos e narração de Ori**. Transcrição (1989).

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PEDROSA, Adriano; TOLEDO, Tomas (Orgs.). **História Afro-Atlântica**. v. 1. Catálogo, Afro-Atlantic Histories: catalog/organização editorial. São Paulo: MASP: Instituto Tomie Ohtake, 2018.

PEDROSA, Amanda Carneiro; MESQUITA, André (Orgs.). **Histórias das mulheres, histórias feministas. Antologia**, V. 2, São Paulo: MASP, 2019.

RIO, Flávio; RATTTS, Alex. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Retratos do Brasil Negro).

RIOS, Flavia; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro em três tempos: mulheres negras, negras jovens ativistas e feministas interseccionais. **Labrys**, Brasília, n. 1, p. 120-140, 2018.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.

SANTOS. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAMAIN, Etienne. **Como Pensam as Imagens**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

SANTOS, Ivanir dos. **Marchar Não é Caminhar**. Interfaces Políticas e Sociais das religiões de matriz africana no Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. Multiculturalismo e Representação. São Paulo: Cosac Naif, 2006.

SOLNIT, Rebecca. **A história do Caminhar**. tradução Maria do Carmo Zanini. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STUART, Hall. **Cultura e Representação**. Arthur Ituassu (Org. e Rev. Tecn.); Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007.

VELHO, Gilberto. **A utopia Urbana**: um estudo de antropologia Social. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1989.



## GLOSSÁRIO

**Giovana Xavier \*\*\*** – Doutora em História Social (Unicamp), com doutorado sanduíche pela *New York University*, mestra em História (UFF), especialista em História da África e Cultura Afro-Brasileira (UCAM). Teórica feminista negra, professora Adjunta de Prática de Ensino de História e da disciplina Intelectuais Negras na Faculdade de Educação da UFRJ. Docente credenciada nos Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFRJ) e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHist/UFRJ). Coordenadora do Grupo Intelectuais Negras UFRJ e tutora do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Diversidade UFRJ. Autora do livro “Você pode substituir Mulheres Negras como objeto de estudo por mulheres negras contando as suas próprias histórias”, da biografia “Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-abolição” (no prelo). Organizadora do catálogo “Intelectuais Negras Visíveis” e das coletâneas “Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas” e Através da plataforma @pretadotora realiza trabalho intelectual de produção de conteúdos sobre autocuidado, maternidade e trabalho acadêmico sob os pontos de vista de mulheres negras na perspectiva da “narrativa na primeira pessoa”. Em 2019, contemplada como uma das apoiadas do Programa de Aceleração de Lideranças Femininas Negras Marielle Franco, com o projeto “Ciência de Mulheres Negras: liderança acadêmica e pesquisa ativista no Brasil”, que se encontra em andamento.

**Azoilda Loretto da Trindade (ancestral)\*** – Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), Mestrado em Educação, com área de concentração em Psicologia da Educação pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1994) graduação (Licenciatura) em Pedagogia pelo Instituto Isabel (1987), graduação em Psicologia (Licenciatura, Bacharelado e Formação de Psicólogo(a) pela Universidade Gama Filho (1982). Atuou como supervisora educacional – Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Foi professora da Universidade Estácio de Sá e do Conservatório Brasileiro de Música. Coordenadora do Instituição Projeto Diálogo entre Povos e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Identidades e Alteridades: Diferenças e Desigualdades na Educação. Atuou como consultora do Canal Futura, da TVE (Programa Salto para o Futuro) e do UNICEF, Coordenadora Pedagógica do Projeto “A Cor da Cultura”. Com vários livros e capítulos de livros organizados e publicados.

**Celia Regina Cristo de Oliveira\*** – Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da UNIRIO (2019-2022), no campo de pesquisa Currículo, cultura(s), crítica pós-

colonial e pensamento pedagógico latino-americano para formação de professores, com o Projeto de Pesquisa: História de vida de professoras de uma rede pública de ensino da Baixada Fluminense: politização, luta antirracista e currículos decoloniais. Possui Mestrado em Ensino de Educação Básica – Curso de Mestrado Profissional – PPGEB/ CAP-UERJ (2016). Pós-Graduada em Educação e Relações Raciais, no Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – PENESB/UFF – vinculado ao projeto UAB/MEC/SECADI (2015). Pós-Graduada em Alfabetização dos alunos e alunas das classes populares/UFF (2003). Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

**Claudielle Pavão da Silva\*** – Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2012) e mestrado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2016). Em 2018, iniciou o doutorado em História pelo Programa de Pós – Graduação em História, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é professora de História da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, desde 2017 atua como Coordenadora Pedagógica da EM Jornalista e Escritor Daniel Piza. A partir de 2014, começou a fazer parte do Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gênero – DEGENER/UERJ, mesmo ano em que iniciou suas atividades no Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais Negras/UFRJ. Sua pesquisa tem ênfase nas relações de raça e gênero.

**Janete Santos Ribeiro\*** – Mestre em Educação pela UFF no Campo Cotidiano das Classes Populares. Bacharela e Licenciada em História pela mesma universidade. Especializada em Educação com aplicação da Informática (UERJ-EDAI), Educação de Jovens e Adultos(UFF) e Políticas Sociais(UERJ). Docente em educação de jovens e adultos acumulando experiência como diretora adjunta na rede estadual (FAETEC) de ensino fundamental e como coordenadora pedagógica do Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais Negras (GIN) da UFRJ. Atuação em assessoria para projetos de implementação das leis 10639/2003 e 11645/2008 orientando sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, além de ministração de palestras e oficinas. Autora e coautora de diversas produções bibliográficas. Atualmente leciona na Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch, é membra do NEAB-SANKOFA da ETEAB.

**Marta Aparecida Muniz Bento\*** – mulher negra, professora da rede pública de ensino, educadora para as relações étnico-raciais; tendo como metodologia os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros, na ancestralidade negra com ênfase nas leis 10.639/03 e 11.645/11, militante na luta contra o machismo e a LGBTFobia, integrou a coordenação pedagógica do Projeto A Cor da Cultura do Canal Futuro, o grupo Intelectuais Negras UFRJ e o Projeto Diálogo Entre Povos.

## APÊNDICE – Outras fontes consultadas

A violência Política contra mulheres Negras. Instituto Marielle Franco. Dezembro 2020. [https://www.violenciapolitica.org/?gclid=CjwKCAiAx8KQBhAGEiwAD3EiP-jD73E480wXX0Nn0ZutlVfLTaeOFiELvCJpysh2lZIVaH18J-Q1UBoCH2lQAvD\\_BwE](https://www.violenciapolitica.org/?gclid=CjwKCAiAx8KQBhAGEiwAD3EiP-jD73E480wXX0Nn0ZutlVfLTaeOFiELvCJpysh2lZIVaH18J-Q1UBoCH2lQAvD_BwE).

Catálogo Intelectuais Negras Visíveis (livro eletrônico) Organizadora Giovana Xavier – Rio de Janeiro: Malê, 2017. <https://www.intelectuaisnegras.com/copia-vista-nossa-palavra-flip-2016>

Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014) Organizadores Alexandre Fortes, Larissa ;rosa Corrêa, Paulo Fontes

Folder do I Acampamento de Feminismo Interseccional, 19-20 de setembro de 2015. <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>

Site da Associação Mulheres de Odun: <https://comunicaamo.wordpress.com/about>

I Encontro de Negras Jovens Feministas. In: Fanzine Negras Jovens Feministas – número 2, novembro de 2009, Salvador (Bahia-Brasil). <https://doczz.com.br/doc/571544/fanzine-das-negras-jovens-feministas>

Entrevista com Sueli Carneiro. “Raça estrutura classe no Brasil” na Revista CULT, número 223, ano 20, maio de 2017.

Etnografias Visuais: Análise contemporâneas. Organização Clarice Peixoto, Barbara Copque 1ª edição – Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

Prêmio Mulheres Negras Contam a sua História. Secretaria das Mulheres, Brasília, 2013.

NZINGA Informativo, Número. Número 1.

Sobrevivente, testemunha e porta-voz. Entrevista realizada com Sueli Carneiro, Revista cult, em 09 de maio de 2017. Acessada em <https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>

Saúde da População Negra e Indígena – organizadores Rosa Cândida Cordeiro, Washington Luan Gonçalves de Oliveira e Fernando Vicenti – Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020 (Coleção Pesquisas Tecnológicas na Pós-Graduação da UFRB; volume 2).

Relatoria – Fórum Permanente de Mulheres Negras – avaliação dos 30 Anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras – 13 Social Mundial.

TOMO: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe – n 38 (jan/jun 2021). – São Cristóvão: Editora UFS, 1998.

<https://cimi.org.br/publicacoes/> acessado em março de 2021

<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/> (Acessado em março de 2021)

<https://miradascriticadelterritoriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2017/11/mapeando-el-cuerpo-territorio.pdf>

<https://www.observatoriodasmetroles.net.br/direito-a-cidade-e-questoes-raciais/>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/08/rio-de-paz-faz-manifestacao-em-copacabana-em-memoria-aos-quase-100-mil-brasileiros-mortos-pela-covid-19.ghtml>

<http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/2020-luto-luta-e-memoria/>

[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/06/11/interna\\_politica,1155830/bolsonarista-xinga-organizadores-de-protesto-nas-areias-de-copacabana.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/06/11/interna_politica,1155830/bolsonarista-xinga-organizadores-de-protesto-nas-areias-de-copacabana.shtml)

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacao-no-rio-de-janeiro-tem-profusao-de-pautas-diversas,70002844276>

[https://br.noticias.yahoo.com/manifesta%C3%A7%C3%A3o-em-copacabana-pede-o-180852929.html?guccounter=1&guce\\_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2x1LmNvbS5ici&guce\\_referrer\\_sig=AQAAAJPetCKxABPM2TMaFgO8mjeZSWbZbR-d99toQQmFPIa1R\\_80j51VZSnU0fIEwLJUXI608jvmX-7TueF0Ch8Wo80NWSQtBXpC3pDjCLIHII4hF46cRes620QaRx0dJtjPq2JjeXBp8JNOnP010eT0\\_-70hdZELIFWpcRzKQPhTAaU](https://br.noticias.yahoo.com/manifesta%C3%A7%C3%A3o-em-copacabana-pede-o-180852929.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2x1LmNvbS5ici&guce_referrer_sig=AQAAAJPetCKxABPM2TMaFgO8mjeZSWbZbR-d99toQQmFPIa1R_80j51VZSnU0fIEwLJUXI608jvmX-7TueF0Ch8Wo80NWSQtBXpC3pDjCLIHII4hF46cRes620QaRx0dJtjPq2JjeXBp8JNOnP010eT0_-70hdZELIFWpcRzKQPhTAaU)

<https://exame.com/brasil/multidao-de-ato-pro-governo-segue-a-praca-dos-tres-poderes-em-brasilia/>

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/deus-falou-nas-areias-de-copacabana/>

<https://www.politize.com.br/feminismo-negro-no-brasil/>

<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7297>

<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922#:~:text=A%20análise%20enfatisa%20a%20ausência,relação%20entre%20raça%20e%20gênero.>

<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7297>

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/301>

<http://www.andi.org.br/documento/manual-mulheres-negras-e-aco-es-politicas-participacao-democratica-nos-processos-de>

<https://repositorio.ua.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>

<https://projetoafro.com/artistas/>

As políticas públicas e desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Mário Theodoro (org.). Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares. Brasília: IPE A, 2008.

I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005: Relatório Final/ Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2005.

Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise. Nº 7. Brasília: IPEA, 2003.

Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise. Nº 13, edição especial. Brasília: IPEA, 2007.

<https://miradascriticadelterritoriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2017/11/mapeando-el-cuerpo-territorio.pdf>

<https://youtu.be/hGVreN0U1PA> - Documentário Enquanto viver luto

[https://issuu.com/sescpinheiros/docs/levantes\\_completo\\_issu](https://issuu.com/sescpinheiros/docs/levantes_completo_issu)

[https://Documento final Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito” | APIB \(apiboficial.org\)](https://Documento%20final%20Marcha%20das%20Mulheres%20Ind%C3%ADgenas%20-%20%22Territ%C3%B3rio%20nosso%20corpo%20nosso%20esp%C3%ADrito%22%20|%20APIB%20(apiboficial.org))

<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/> (Acessado em março de 2021)

Lélia Gonzalez, o feminismo negro no palco da história (projetomemoria.art.br)

[Marcha das mulheres negras no Rio de Janeiro \(esquerdadiario.com.br\)](https://esquerdadiario.com.br/marcha-das-mulheres-negras-no-rio-de-janeiro/)

[https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215\\_tema\\_d\\_a\\_violencia\\_contra\\_mulher.pdf](https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf)